



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

MARIANA ACÓRDI GOULART

A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E  
DE APROXIMAÇÃO AO FÓRUM REGIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA  
GRANDE FLORIANÓPOLIS.

Florianópolis, 2013.

Mariana Acórdi Goulart

A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E  
DE APROXIMAÇÃO AO FÓRUM REGIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA  
GRANDE FLORIANÓPOLIS.

Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia  
apresentado como pré-requisito para a obtenção do grau  
de Licenciatura.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra Eloísa Acires Candal Rocha.  
Coorientadora: Roseli Nazário.

Florianópolis, 2013.

Mariana Acórdi Goulart

A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E  
DE APROXIMAÇÃO AO FÓRUM REGIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA  
GRANDE FLORIANÓPOLIS.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, e aprovado com nota \_\_\_\_\_ em sua forma final pela Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 14 de Novembro de 2013.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Sylvia Cardoso Carneiro  
Coordenadora do Curso de Pedagogia

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Eloísa Acires Candal Rocha  
CED-UFSC

---

Coorientadora: Roseli Nazário (Doutoranda PPGE- UFSC)

---

Membro: Prof<sup>a</sup>. Dra. Patrícia de Moraes Lima  
CED- UFSC

---

Membro: Patrícia Ilona (participante do Fórum)  
Secretaria de Educação de São José

---

Suplente: Prof<sup>a</sup>. Dra. Kátia Agostinho  
CED- UFSC

A Deus pelo dom da vida e a minha família  
por estarem comigo em mais essa etapa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para minha formação e para que essa pesquisa fosse realizada. Em especial a toda a minha família pelo apoio e carinho, principalmente aos meus pais, Paulo e Cecília, pela educação que me deram, pelo incentivo aos estudos, pela união e cuidado, pelo exemplo e base forte que são para mim e por compartilharem comigo momentos bons e ruins da minha vida, estando sempre perto. À minha mãe, principalmente, por ser professora apaixonada e por me contagiar com o gosto da profissão.

Ao meu irmão Rodrigo, pela paciência e dom de acalmar e cuidar de mim, a irmã mais nova, e também pela inteligência e influência de boas referências.

A todas amigas de graduação, e da UFSC, pelo prazer de conhecê-las, cada qual de uma forma, por de algum jeito me ensinarem, por compartilharem momentos importantes, difíceis, felizes e, com certeza, de muito aprendizado. Por criarmos laços de bem querer para o resto da vida! Em especial as que tiveram mais próximas a mim: Maristela, Alini, Ana Paula, Ivana, Gislaine, Emiliane, Samantha, Valquíria e Cintia.

Às amigas: Heloisa Braga, Mariana Nora e Karoline Camargo, amigas que a vida me deu, obrigada pelas conversas, pelas trocas, pelos telefonemas, longe ou perto, pelo carinho de sempre!

A todos os/as professores/as do curso de Pedagogia da UFSC, pelos ensinamentos, aulas, discussões e conversas. Obrigada por compartilharem tantos aprendizados e por fazerem parte da minha formação.

À professora Eloisa Rocha, por sua qualidade e sensibilidade ao nos ensinar, por conseguir me encantar a cada fala, por influenciar no meu tema de pesquisa, pelas conversas e aulas tão enriquecedoras.

À professora Patrícia de Moraes Lima, por ser tão importante para minha formação, pelo acolhimento, por tantos aprendizados no Núcleo Vida e Cuidado - NUVIC, na Comunidade Chico Mendes e em outros espaços também, pelo jeito sereno, simpático e cuidadoso ao ensinar, por estar presente em momentos muito importantes dos meus aprendizados.

À professora Kátia Agostinho, por acreditar em nós, alunas de graduação, pelo incentivo à busca da qualidade na nossa formação, por tantos aprendizados no período de

estágio curricular, por suas falas sempre cuidadosas, por momentos de discussões no Núcleo de Estudos e Pesquisas na Pequena infância - NUPEIN, dentre outros.

À Roseli Nazário, minha coorientadora querida, que me acolheu super bem, que me ajudou muito nesta pesquisa, sempre atenta à coorientação, muito disponível, que fez com que a relação com o fórum da educação infantil fosse possível.

À Ilona Patrícia, que na banca representou o Fórum Regional de Educação Infantil da Grande Florianópolis e que, juntamente com a Roseli, fez com que eu pudesse adentrar nas discussões do Fórum, falar da minha pesquisa e usufruir deste espaço para realizar as entrevistas e para pensar o tema de outro ângulo. Obrigada pelos ensinamentos que o Fórum proporciona a cada reunião, obrigada por me aceitarem tão bem e acreditarem na relevância da minha pesquisa.

A todos do Fórum Regional de Educação Infantil da Grande Florianópolis por me acolherem no grupo, pelo cuidado comigo e por contribuições para esta pesquisa. Em especial as integrantes do grupo gestor que vêm pensando os seminários e discussões desse movimento, que são: Ana Lúcia, Eliete, Marinalva e Ilona.

Agradeço especialmente aos representantes dos Municípios de Angelina, Biguaçu e São José, que gentilmente aceitaram fazer parte da pesquisa, concedendo as entrevistas. Obrigada pela paciência e por enriquecerem a pesquisa.

Obrigada Senhor por abençoar a minha vida e por fazer do meu sonho realidade.

*...que a importância de uma coisa não se mede com  
fita métrica nem com balanças nem barômetro etc.  
Que a importância de uma coisa há que ser medida  
pelo encantamento que a coisa produza em nós.*

*Manoel de Barros*

## APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que chego nesta etapa da minha formação e que apresento e compartilho com todos o meu trabalho de conclusão de curso. A trajetória foi de grandes aprendizados, de muitos conhecimentos, de algumas dificuldades, de conhecer pessoas maravilhosas, de estar em contato com a teoria e a prática de forma intensa.

Mas, de que se trata: *A Função social da educação infantil: um estudo bibliográfico e de aproximação ao Fórum Regional da Grande Florianópolis?*

O capítulo 1 traz a introdução desta pesquisa, de como optei por pesquisar o tema, alguns autores nos quais me baseio e também as indagações-chaves que moveram todo o processo deste trabalho.

O capítulo 2, chamado *Os caminhos da pesquisa*, trata desde o início da busca pelos artigos acadêmicos sobre o tema, da seleção desses artigos de forma minuciosa e cuidadosa, até o pensar acerca de um roteiro para entrevista como forma de aproximação ao Fórum Regional de Educação Infantil da Grande Florianópolis.

Dentro deste que é o capítulo 2, há alguns desdobramentos e subitens. Esses subitens tratam do início da pesquisa, dos aspectos metodológicos que trazem a problematização e os objetivos, onde situo metodologicamente por onde caminhei.

Faz parte ainda deste capítulo, a partir da seleção dos artigos acadêmicos, a relação com as Leis que defendem a educação infantil, e o que os autores com quem dialoguei trazem acerca do tema.

O capítulo 3, chamado *Infância e Instituições de educação infantil*, apresenta o percurso histórico, político e social da criação das instituições de educação infantil no Brasil, bem como, fala das concepções que se tinha das crianças e da infância no passado e como isso foi mudando, relacionando com o que se pensa nos dias de hoje.

Também fazem parte deste capítulo subitens que tratam de situar Leis importantes para a educação infantil. As Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e Diretrizes Curriculares para educação infantil nacional (DCNEI) aparecem no trabalho com intuito de localizar e buscar um pouco do que essas leis preveem. Quanto ao item “revisitando conceitos de infância”, trago essa discussão para entendermos como essas concepções foram mudando, considerando e valorizando mais as crianças. Apoio-me em autoras como Eloisa Rocha (2011) e Leni Dornelles (2005) para fazer essa discussão.

O capítulo 4 traz justamente a análise dos artigos acadêmicos, o que cada um discute e a relação com os aportes teóricos, bem como a aproximação com o Fórum Regional de



Educação Infantil da Grande Florianópolis e a sistematização das entrevistas feitas com os participantes deste movimento. A verificação dos artigos busca semelhanças e diferenças entre eles, termos relacionados ao tema e agenciamentos que os autores apresentam ao texto. A aproximação com o Fórum cita alguns dados e informações acerca do que é este movimento, como funciona, e as 3 entrevistas são os diálogos feitos com 5 participantes desse Fórum, no intuito de buscar o que pensam sobre a função social da educação infantil.

Busco fazer uma relação entre os artigos acadêmicos analisados e as entrevistas com os participantes do fórum, o que alegam sobre o tema, como pensam e como discutem, baseados no que, o que é semelhante, comum ou diferente, sempre nessa conversa com os autores.

Ao fim, trago as considerações finais, resgatando os objetivos da pesquisa, como ela foi constituída, como se deu esse processo e o que foi possível ver do tema a função social da educação infantil, da importância das discussões para sempre se fazer melhor para e com as crianças nas instituições de educação infantil.

Este trabalho é uma primeira aproximação à pesquisa que faço, espero que possam fazer uma boa leitura, que o trabalho seja relevante e possa contribuir de alguma forma para se pensar a educação infantil.

## RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo fazer um levantamento de artigos acadêmicos no banco de dados do Scientific Eletronic Libray Online (SciELO) para sistematizar e conhecer como vem sendo apresentada a função social da educação infantil, mais precisamente, nos últimos 5 anos, ou seja, no período de 2008 a 2012. A escolha dos artigos foi feita aos poucos, considerando o que cada artigo focava e se tratava realmente, no corpo do texto, sobre essa questão principal. Um percurso histórico também foi feito, com o intuito de situar como se iniciou o atendimento às crianças e o surgimento das instituições de educação infantil no Brasil, bem como as mudanças de concepção com relação à infância, criança e educação. Optou-se por constituir um diálogo com o Fórum Regional de Educação Infantil da Grande Florianópolis e, por meio da participação em alguns encontros e da realização de entrevistas semiestruturadas com os participantes e representantes de municípios, buscou-se uma aproximação sobre o que se tem pensado e discutido acerca da educação infantil, das políticas que defendem a área bem como as práticas pedagógicas de dentro das instituições em âmbito regional. Com as análises dos artigos acadêmicos e as entrevistas, podemos dizer que ambos caminham na mesma direção, fazem um percurso histórico da construção da educação infantil, e estão sempre questionando e pensando através das políticas públicas, dos direitos das crianças e das práticas pedagógicas qualificar os momentos educativos com as crianças. Tanto os artigos quanto o movimento do Fórum nos fazem refletir acerca do universo da educação infantil, das crianças e do que tem sido feito nos espaços institucionais.

**PALAVRAS- CHAVE:** criança- educação infantil - função social.

## **ABSTRACT**

This research aimed to conduct a survey of scholarly articles in the Scientific Eletronic Libray Online (SciELO) to systematize and to understand how the social function of early childhood education has been presented, more precisely, in the last 5 years, is, in the period 2008-2012. The choice of items was piecemeal, considering what each article focused and it was actually in the text on this key issue. A historical journey was also made in order to place as initiated service to children and the emergence of the institutions of child education in Brazil, as well as design changes in relation to childhood, child and education. We opted to establish a dialogue with the Regional Forum on Early Childhood Education in Florianópolis, and by participating in some meetings and conducting semi-structured interviews with participants and representatives of municipalities, we sought an approximation of what has thought and discussed about early childhood education, policies that defend the area as well as the pedagogical practices within institutions at the regional level. With the analysis of academic articles and interviews, we can say that both go in the same direction, make a historic journey of the construction of early childhood education, and are always questioning and thinking through public policy, children's rights and pedagogical practices qualify educational moments with the children. Both articles about the movement of the Forum make us think about the world of early childhood education, children and what has been done in institutional spaces.

**KEYWORDS:** children- preschool- social function.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. OS CAMINHOS DA PESQUISA .....</b>	<b>16</b>
2.1 Iniciando a pesquisa.....	16
2.2 Aspectos Metodológicos da Pesquisa.....	19
2.3 A Pesquisa dos artigos.....	22
<b>3. INFÂNCIA E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>31</b>
3.1 Percurso Histórico.....	31
3.2 Diretrizes Curriculares e LDB para a Educação Infantil pública.....	36
3.3 Revisitando o conceito de Infância.....	37
<b>4 ANÁLISES E APROXIMAÇÕES.....</b>	<b>40</b>
4.2 Análises dos artigos acadêmicos .....	40
4.3 Aproximação ao Fórum Regional de Educação Infantil da Grande Florianópolis.....	47
4.4 Entrevistas com participantes do Fórum sobre a Função Social da Educação Infantil .	51
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>60</b>
ANEXOS .....	61
REFERÊNCIAS .....	62

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar sobre a função social da educação infantil veio do contato com a prática nos estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados durante a graduação e também das conversas com professoras que trabalhavam em suas disciplinas as práticas pedagógicas, o direito das crianças, a formação dos professores e situações do âmbito das creches e pré-escolas que atendem crianças de 0 até 6 anos de idade<sup>1</sup>.

Sabemos que a educação infantil como se configura hoje ainda se constitui numa visão recente e está em constante construção e discussão política com relação a práticas e avaliação. Diante de alguns questionamentos é preciso buscar na história do país como se deu o surgimento de instituições de atendimento às crianças, bem como a forma como se pensava e se pensa a educação infantil e a criança.

Em primeiro lugar gostaria de deixar clara a questão das nomenclaturas utilizadas na pesquisa, com relação a esses espaços que recebem as crianças. Ora aparecem como instituições, ora como creche e ainda como pré-escola. Ressalto com cuidado que não se trata de uma confusão de minha parte, mas sim, de situar a fala e concepções de acordo com os autores que pontuo. Faz-se importante dizer que as nomenclaturas variam de acordo com o próprio autor, que escreve com sua forma de nomear e com as concepções históricas as quais situam. Dessa forma, quando trago uma parte mais histórica e quando cito os autores, essas nomenclaturas variam.

Diante das demarcações políticas de atendimento às crianças, sabemos que há certa separação por conta da idade das mesmas. De 0 a 3 anos são crianças da creche e de 4 a 5 são crianças da pré-escola. Como meu interesse consiste em abranger toda essa faixa etária, ou seja, de 0 até 6 anos, neste texto faço a opção por utilizar a expressão “educação infantil”, e discutir, então, sua função social.

A autora Sonia Kramer (1982) utiliza do termo pré-escola; já Moysés Kuhlmann Jr. (1998) trata como instituições; Ana Beatriz Cerisara (1999) situa como creche. Dentre os artigos analisados também é possível ver essas variações de nomenclatura.

---

<sup>1</sup> <sup>1</sup> De 0 até 6 anos – pois atendemos algumas crianças com mais de 6 anos. Sugiro que coloques uma nota de rodapé, justificando o seguinte: Embora ciente da alteração legal quanto à faixa etária que compreende a educação infantil no Brasil - (até 5 anos – Lei 12.796/2013, Art. 4º - parágrafo II), uma demarcação será assumida neste trabalho quanto a essa questão, optando por 0 até 6 anos, ao considerar que a idade de corte implantada para acesso ao ensino fundamental (6 anos completos até 31 de março), implica na presença de algumas crianças com 6 anos ainda na educação infantil.

Apesar de se ter bastantes discussões em torno da educação infantil, das práticas pedagógicas, das leis que garantem o direito das crianças e etc, poucos são os artigos que trabalham a questão da função social da educação infantil. Alguns artigos trazem essa questão de forma secundária, pincelada ao longo do texto e outros ainda não trazem. Importante ressaltar que a educação infantil aparece como política social e de educação (como direito das crianças) na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB, Nº 9394/96), em vigor. Depois da LDB, são poucos os trabalhos acadêmicos que tratam da função social da educação infantil que, não somente pela perspectiva dos direitos, as citam, mas não falam para além disso, de como essa função se traduz no cotidiano.

Outro documento importante e mais recente que rege a educação infantil são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de 2009, implementadas pelo Ministério de Educação – MEC, juntamente com a Secretaria de Educação Básica. Essas Diretrizes para a educação infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios e fundamentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Os objetivos das Diretrizes para a Educação Infantil vêm no sentido de orientar políticas públicas, elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas curriculares de Ed. Infantil.

Nesse sentido, fico mais instigada a pesquisar para além das leis que apoiam a educação infantil, sobre essa função social, o que se tem discutido sobre isso, o que se pensa acerca desse tema.

Posso dizer que a aproximação e envolvimento com a prática, no cotidiano da educação infantil, nos trazem questionamentos: **para que serve a educação infantil? Como essa função social aparece nos artigos acadêmicos analisados? Como a população, de modo geral, e os representantes das secretarias de educação dos municípios que participam do Fórum Regional de Educação Infantil compreendem essa questão?**

O surgimento das instituições aparece concomitantemente à sociedade industrial e econômica capitalista, onde as mulheres trabalhadoras das fábricas deixavam seus filhos para serem cuidados enquanto iam para seus turnos de trabalho. As instituições eram assim, um espaço de cuidado, de cunho assistencialista.

De lá pra cá muitas coisas mudaram: concepções e formas de lidar com a infância, práticas pedagógicas e discussões acerca da área da educação infantil. Com relação às práticas pedagógicas, a área da Educação Infantil tem discutido com mais ênfase, tanto nos espaços de formação inicial quanto continuada, questões relacionadas à indissociabilidade do cuidar e educar, às rotinas “engessadas”, à disciplina controladora, à importância do brincar e

vivenciar experiências que ampliem os repertórios das crianças; destacando-se os estudos realizados por mais de duas décadas pelo Núcleo de Pesquisa e Estudos da Educação na Pequena Infância da Universidade Federal de Santa Catarina (NUPEIN / UFSC).

Sendo assim, temos que pensar nas práticas exercidas com as crianças na educação infantil, na formação do professor que trabalha com as crianças e na qualidade desse serviço. E, afinal, qual a função social da educação infantil?

## **2. OS CAMINHOS DA PESQUISA**

### **2.1 INICIANDO A PESQUISA**

Esta pesquisa se localiza dentro dos Estudos da Educação Infantil, sendo a metodologia escolhida a análise e revisão bibliográfica de artigos acadêmicos buscados na base de dados do Scientific Electronic Library Oline (SciELO), em um recorte temporal de 5 anos (de 2008 a 2012), por considerar o que se tem de mais atual sobre o tema. Uma segunda parte desta pesquisa se faz através de uma aproximação ao Fórum Regional de Educação Infantil da Grande Florianópolis, que é um movimento de discussões da área da educação infantil.

A primeira busca se inicia através de palavras-chaves como: educação infantil, creche, função social e 0 a 6 anos. Cerca de 400 artigos relacionados a essas palavras-chaves apareceram alguns ainda sem grandes relações, voltados à saúde e comportamentos psicológicos das crianças. Na primeira busca cerca de 40 artigos foram selecionados por terem relação com as palavras-chaves.

A escolha dos artigos iniciou considerando os títulos das pesquisas, posteriormente os resumos e depois ainda a leitura integral do artigo. Com esses critérios os números caíram para 37 e posteriormente para 27; essa diminuição e corte de artigos foi por conta de não falarem diretamente do tema “função social da educação infantil”, e sim focar em outros assuntos, como desenvolvimento da criança, questões de aprendizagem, formação do docente de educação infantil e ainda práticas pedagógicas, como o momento da roda.

Desses 27, alguns ainda não tinham o foco buscado para a realização da pesquisa; alguns artigos eram sobre a relação educação infantil e ensino fundamental, essa transição como constitutiva de crianças a alunos exitosos. Outros artigos falavam mais da rotina e normatização dos corpos - mais pelo viés da crítica da disciplina nas instituições, e ainda



artigos com foco no pensar um outro tipo de infância, de crianças como coconstrutoras de cultura; pensar as crianças de uma outra forma que não nessa visão adultocêntrica que ainda predomina.

Escolhidos uns e não outros de forma já justificada, sobraram 15 artigos, e aí início fazendo uma tabela organizando os artigos com nome dos autores, título do trabalho, ano de publicação, eixo de discussão, metodologia e referencial teórico citado.

Desses 15 passei a ler mais atentamente, tentando realmente focar no objeto de pesquisa sem deixar me levar por outros assuntos também interessantes, mas secundários.

Dessa leitura, 6 artigos trouxeram uma ascensão da Sociologia da Infância, que recentemente convida a se repensar a educação das crianças pequenas e seus modos de ser e estar nas suas infâncias. São trabalhos importantes que anunciam essa recente concepção de dar voz às crianças, de considerá-las como atores sociais com direitos de viver plenamente suas infâncias no espaço da creche. 2 deles traziam, ainda, a questão da importância das relações adulto-criança, criança-criança, criança-meio para o desenvolvimento social das crianças, cujo objetivo era descrever, analisar e interpretar as dinâmicas das relações que adultos e crianças estabelecem entre si nos espaços/tempos em que convivem no interior de uma creche.

Mais 2 artigos foram excluídos por não se tratarem especificamente do tema: um por tratar e defender a educação do cuidado pensando essa relação a partir da noção de alteridade e outro por ser um levantamento mais estatístico e numérico de grupos de pesquisa que estudam a educação infantil.

Portanto, dos 15 artigos pré-selecionados restaram 7 deles para serem analisados nesta pesquisa. Esses 7 foram escolhidos por apresentarem discussões e indagações acerca do tema, bem como por trazerem as políticas criadas em defesa da educação infantil, a trajetória histórica de como foram criadas as instituições e as creches e como começaram o atendimento às crianças, qual era a sua função no início e como essa concepção foi mudando ao longo do tempo na nossa sociedade.

A partir dos artigos encontrados, a análise é feita primeiramente através de uma tabela de visualização dos trabalhos que situa o ano, autor e título da pesquisa, e também capturando os referenciais teóricos e metodologia.

Depois dessa visualização outra tabela é feita com o intuito de conhecer mais como aparece o tema nos artigos, quantas vezes aparece, se é tratado de outra forma, com sinônimos, e quais agenciamentos o texto tem, ou seja, a que outro tema a questão da função

social é associada nos artigos. Com as tabelas prontas, faz-se a sistematização escrita. E é a partir desse material que parte-se para as entrevistas semiestruturadas.

As entrevistas foram feitas através de 3 perguntas com representantes de 3 municípios, sendo um de grande porte, e os outros de médio e pequeno porte, que participam das discussões e do movimento do Fórum Regional de Educação Infantil da Grande Florianópolis.

Para a entrevista, então, partimos da análise dos artigos e da necessidade de buscar saber mais da prática pedagógica cotidiana discutida no Fórum. Pensamos na seleção de alguns municípios para que seus representantes possam responder à entrevista. Quanto à seleção dos 3 municípios para a entrevista, buscamos dois critérios:

O 1º – seleção por população – de acordo com definição prévia dos municípios por pequeno, médio e grande porte (dados IBGE 2012, retirados do site da Associação);

E o 2º – Seleção pela população infantil (0 a 5 anos), entre os municípios que preencheram o questionário encaminhado pelo Fórum Regional em Junho de 2013.

Com intuito de buscar uma aproximação com a prática pedagógica, tentando trazer essa discussão para o cotidiano, de ver como esses profissionais pensam a produção acadêmica e a partir das tabelas de visualização e análise é que pensamos uma aproximação ao Fórum Regional de Educação Infantil da Grande Florianópolis, a fim de saber o que têm a dizer esses sujeitos envolvidos nesse movimento de discussões, de que forma compreendem essa questão.

Pensamos, então, na entrevista semiestruturada, para conversar com alguns representantes do Fórum, com as seguintes perguntas:

1- Diante da pesquisa bibliográfica de artigos acadêmicos da base de dados do Scientific Eletronic Library Online (SciELO) relacionados ao tema “função social da educação infantil”, 7 ao total foram selecionados para análise, sendo que esses artigos trazem três aspectos de discussões: política, qualidade na educação e práticas pedagógicas. Como você vê essa questão da função da educação infantil relacionada às discussões que vêm sendo realizadas por este fórum?

2- Para você qual é a função da educação infantil e como isso aparece no cotidiano?

3- Abaixo seguem alguns enunciados retirados de artigos analisados durante a pesquisa. Gostaria de perguntar a vocês como o fórum vem pensando essas questões:

A- Como a organização de saberes e práticas no campo da Educação Infantil reflete e condiciona a internalização da ideia de mundo político, tanto na dimensão do conformismo e

da reiteração da ordem quanto da resistência e construção de uma nova sociedade? (NUNES, 2009).

B- O que pensamos ser o objetivo das instituições de educação infantil, e a que propósitos elas servem em nossas sociedades, está se tornando muito urgente? (MOSS, 2009).

C- O acesso e a qualidade da educação infantil podem variar de acordo com diferenças sociais e regionais, ou seja, a qualidade do atendimento está distribuída desigualmente entre diferentes segmentos da população. Essa questão diz respeito à natureza das experiências vividas durante o tempo em que frequentam estas instituições, possibilitando uma plena vivência de sua infância e ampliando suas possibilidades de compreensão e interação com o mundo e pessoas ao seu redor. (CAMPOS, ESPOSITO, BHERING, GIMENES E ABUCHAIM, 2009).

## **2.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Esta pesquisa apresenta como problematização o fato da emergência de pensarmos e repensarmos o papel das instituições de educação infantil na nossa sociedade. A ideia é refletirmos acerca do tema para além do que nos trazem as leis e, principalmente, a LDB (Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Não deixando de lado a legislação, ainda ressalto aqui a importância dessa lei para todos os níveis da educação básica e superior e a conquista dos direitos das crianças, atentando para o fato de que a problemática se constitui no pensar como as práticas pedagógicas e o cotidiano da educação infantil reflète sua função social.

Apoiada em alguns autores como Fúlvia Rosemberg, Sonia Kramer, Moisés Kuhlmann Junior, Ana Beatriz Cerisara e Eloisa Rocha, que já trazem indícios históricos para se pensar as instituições de educação infantil, concepções e práticas pedagógicas, me debruço a pensar, então, em torno do que se tem e como foi construída a ideia até hoje de função social da educação infantil.

Os objetivos traçados para o desenvolvimento desta pesquisa são a busca por uma revisão bibliográfica de artigos acadêmicos através de palavras-chave (educação infantil, função creche, 0 a 6), sobre que perspectivas se pensa e se fala nessas produções acerca do papel das instituições que atendem crianças pequenas.

O ato de selecionar os artigos é um tanto trabalhoso. Como já dito, foram encontrados cerca de 400 artigos relacionados de alguma forma com as palavras-chave, e as escolhas foram feitas buscando os de maior relevância com relação à temática central dessa pesquisa. Cerca de 40 tratavam da educação infantil em si, das crianças e instituições. Os números de artigos foram diminuindo, até chegar a 7, justamente para focar no tema e não se deixar levar por outros também interessantes, mas que não eram o foco.

Depois dessa busca e um longo trabalho de avaliar e ler atentamente até o que fica pelas entrelinhas desses artigos, o passo seguinte foi construir um quadro com esses artigos, mas com os principais que realmente falavam de forma clara sobre função social da creche, e também justificar porque a escolha de uns e não de outros para compor este quadro.

Após essa sistematização decidimos nos aproximar da discussão do Fórum Regional de Educação Infantil, a fim de se ter um olhar extra-acadêmico, no intuito de chegar mais perto das práticas cotidianas e também de ouvir um pouco a dinâmica de discussões do fórum, que tem como pessoas participantes professores da rede de vários municípios, pessoas das secretarias de educação, diretores de instituições e etc., a pensar sobre educação infantil.

Partindo do pressuposto de que ainda são poucos os trabalhos que pesquisam como foco a função social da educação infantil, e que, em sua maioria, as pesquisas apenas citam a LDB de 1996 para falar sobre o que a educação infantil deve oferecer às crianças, e que outros relacionam o tema de forma secundária, venho por meio desta pesquisa tentar entender mais a função da educação infantil, como se tem visto essa questão, como as práticas pedagógicas e ações do professor no chão das instituições vêm traduzindo essa questão.

Os professores da educação infantil, como entendem o papel das creches e pré-escolas e o seu papel com as crianças? Os pais que colocam seus filhos na creche esperam e pensam o que sobre isso? As instituições através de seu Projeto Político-Pedagógico e currículo entendem o que por função social da educação infantil?

Trata-se, então, de uma pesquisa qualitativa que faz uma busca em artigos acadêmicos acerca do tema e também traz uma aproximação ao movimento do Fórum de discussões sobre educação infantil, utilizando como ferramenta as entrevistas semiestruturadas feitas com representantes dos municípios participantes, a fim de ter uma visão mais próxima da política e cotidiano de municípios, e de como o Fórum ajuda a refletir questões da educação infantil.

As conversas foram gravadas com a autorização das pessoas envolvidas e, posteriormente, transcritas na íntegra. Os municípios que participaram da pesquisa foram: Angelina como pequeno porte, Biguaçu como médio porte e São José como grande porte.

De acordo com Triviños (2006), a pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser descritiva, de forma que analisa a realidade, e que é:

Pesquisa qualitativa é multimetodológica quanto ao seu foco, envolvendo abordagens interpretativas e naturalísticas dos assuntos. Isto significa que o pesquisador qualitativo estuda coisas em seu ambiente natural, tentando dar sentido ou interpretar os fenômenos, segundo o significado que as pessoas lhe atribuem. Voltada à estrutura social do fenômeno, o método qualitativo se preocupa com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde ao universo mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (TRIVIÑOS *apud* DENZIN & LINCOLN, 1994, p.2).

Na pesquisa, busco como ferramenta as entrevistas semiestruturadas e me apoio no autor Triviños (2006) para explicar como se dá essa parte do trabalho.

Para tanto, 3 entrevistas foram feitas com representantes das secretarias de educação dos municípios da Grande Florianópolis, para que possamos refletir mais acerca do tema. A entrevista é constituída por um roteiro de explicação da pesquisa e por perguntas contextualizadas, roteiro esse já apresentado anteriormente.

Para Triviños (1987):

A entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

O autor Manzini (1990/1991) também fala sobre as entrevistas:

A entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. (MANZINI, 1991, p.154).

O intuito da entrevista nesta pesquisa é justamente refletir mais sobre a questão e para além do que se tem nos escritos acadêmicos, aproximar-se das políticas que regem as práticas pedagógicas e da educação infantil em si.

### 2.3 A PESQUISA DOS ARTIGOS

Para me ajudar a pensar mais sobre o tema me fundamento em autores como Kramer (1981), Kuhlmann Jr. (2007), Rosemberg (2012), Moss (2009), Rocha (2009, 2011), dentre outros que trazem uma abordagem histórica das concepções de crianças, infância e educação no Brasil, bem como, tratam do surgimento das instituições de cunho assistencialista para filhos de mulheres trabalhadoras da indústria com o início da sociedade capitalista. Fazem isso a partir de uma perspectiva de educação política e democrática, contribuindo para o alargamento da compreensão das crianças como atores sociais e culturais, as quais temos que conhecer mais, buscar entender seus modos de ser e agir, aprendendo com elas.

Chama-se atenção para essa importante trajetória da educação, que começa assistencialista, que no seu processo de constituição inicial faz clara distinção entre pobres e ricos, restando às classes menos favorecidas uma proposta educativa calcada em base assistencialista, e que até bem recentemente tinha como preocupação maior o cuidado com a saúde das crianças. Somente nas décadas finais do século XX esse quadro se altera, incorporando a indissociabilidade do cuidar e educar, além das conquistas políticas da área que buscam garantir o acesso e os direitos das crianças nas instituições.

Ouve-se muito falar que hoje a creche tem papel de cuidar e educar as crianças pequenas. A partir disso busco um texto chamado “*Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil?*” da autora Ana Beatriz Cerisara (1999), que trata justamente disso. Nas palavras dessa autora:

Afinal, por que os educadores afirmam que as instituições de educação infantil têm por finalidade educar e cuidar de forma indissociável e complementar as crianças pequenas? A compreensão de que as instituições de educação infantil têm como função educar e cuidar de forma indissociável e complementar as crianças de 0 a 6 anos é relativamente recente. Para que se possa avançar na compreensão do uso destes dois termos -educar e cuidar - é preciso lembrar, mesmo que brevemente, a forma como creches e pré-escolas surgiram e se consolidaram no Brasil. Durante as últimas décadas, foi possível constatar duas formas de caracterização dos diferentes tipos de trabalhos realizados em creches e em pré-escolas: por um lado, havia as instituições que realizavam um trabalho denominado "assistencialista" e, por outro, as que realizavam um trabalho denominado "educativo". (CERISARA, 1999, p. 12).

Tinha-se então a concepção de que as instituições serviriam para zelar e cuidar das crianças, enquanto que a pré-escola tinha caráter mais escolarizante e de preparo para o ensino

fundamental. Mas ainda hoje se confunde essa questão, e esta concepção de cuidar e educar como sendo funções da educação infantil é bastante recente. Podemos dizer que ainda há resquícios dessas concepções por parte de professores e instituições de educação infantil visualizadas nas práticas pedagógicas diárias.

De acordo com a autora Eloisa Rocha (2003), esse movimento histórico e social das instituições e formas de pensar a criança se deu da seguinte forma:

As rupturas ocorridas nas estruturas sociais e familiares, que tiveram como marco a sociedade moderna, resultaram na privatização do espaço familiar, que passa a ser organizado em torno da criança. No entanto, a responsabilidade da família pela proteção, educação e socialização da criança sofreu novas transformações a partir do desenvolvimento do modelo urbano-industrial, que teve como consequência uma perpetuação das desigualdades sociais e da própria constituição da infância. (ROCHA, 2003, p. 1).

A mesma autora no texto “*A função social das instituições de educação infantil*” traz a ideia de que nem sempre a criança, a infância e a educação foram assim pensadas, dizendo ainda que “a infância não é única e estável”. Eloisa Rocha, apoiada em Arroyo (1994) faz menção quanto ao dever do Estado e concepção de infância que se faz importante destacar:

Como bem define Arroyo (1994) em sua palestra “O significado da Infância”: “A reprodução da infância deixa de ser uma atribuição exclusiva da mulher, no âmbito privado da família. É a sociedade que tem que cuidar da infância. É o Estado que, complementando a família, tem que cuidar da infância (...) que hoje tem que ser objeto dos deveres públicos do Estado, da sociedade como um todo. Infância que muda, que se constrói, que aparece não só como sujeito de direitos, mas como sujeito público de direitos, sujeito social de direitos.” (ROCHA, 2003, p. 2).

A autora Fúlvia Rosemberg (2013), recentemente em um artigo chamado “*Políticas de educação infantil e avaliação*”, publicado através dos Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, traz discussões acerca da educação infantil, bem como diferencia a política de avaliação na/da educação infantil e avaliação da política de educação infantil. Através desse viés de discussão faz um resgate histórico, cita LDB, Constituição de 88 e fala do porque iniciou o atendimento às crianças.

No Brasil, a tensão decorrente da não integração entre direitos das crianças a educação e direitos dos pais/mães ao trabalho manifesta-se recorrentemente, enquadrando decisões políticas e avaliações consequentes: férias na educação infantil segundo qual padrão, do sistema escolar ou da legislação trabalhista? Creche noturna para filhos (as) de quem trabalha a noite? Período de adaptação da criança a creche com respaldo em direito trabalhista para a mãe e o pai? (ROSEMBERG, 2013, p. 53).

Rosemberg (2013) faz indagações para pensarmos acerca da função da educação infantil através da discussão da avaliação, das políticas e da qualidade que temos hoje.

Retornando aos 7 artigos selecionados, busco pontuar o que cada autor traz e por que viés apresenta a discussão sobre função da educação infantil.

O artigo chamado “*Educação infantil e mundo político*”, da autora Deise Gonçalves Nunes, foi publicado pela Revista *Katályses* no ano de 2009. Este artigo aborda um pouco da relação da educação infantil com o mundo político, ressaltando os acontecimentos históricos, leis de proteção e direito das crianças buscando refletir o local que “o equipamento creche ocupa” (NUNES, 2009).

Segundo a autora:

A institucionalidade da educação infantil no Brasil ocorre na década de 1930, quando importantes acontecimentos sociopolíticos – atravessados por relações sociais contraditórias e ambíguas – marcaram a história do desenvolvimento capitalista entre nós. Foi então na década de 30 que mulheres trabalhadoras e seus filhos pequenos entraram na cena pública como protagonistas e demandatários de um tipo especial de política social: aquela desenvolvida nas creches, berçários e abrigos. As creches seriam, então, um “mal necessário”, um lugar de formação compensatória dos deslizes higienistas e moralistas da então nascente classe operária. O processo de ruptura com esta perspectiva ideopolítica de atendimento começou a tomar corpo na década de 1970 com a organização de movimentos sociais que lutaram pela ampliação de creches, consolidando-se nos anos 1990, com o reconhecimento da educação infantil como um direito de toda e qualquer criança. (NUNES, 2009, p. 87).

O mesmo artigo chama atenção, ainda, para o fato de que a educação infantil transitava entre “práticas sociais conservadoras, de benemerência e tutela, e práticas comprometidas com a emancipação humana e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária”. (NUNES, 2009). Fala do papel do professor de educação infantil que hoje é visto como educador e ser social na vida das crianças, e que antes tinha função apenas de cuidá-las através de práticas assistencialistas descoladas dos saberes. Traz também as conquistas políticas da área e a concepção da criança como sujeito de direitos com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990) e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/ 96).

De acordo com essa autora, a educação infantil é produto histórico e que:

É, pois, a partir de um lugar socialmente determinado, que o encontro com a criança ocorre. O instrumental técnico operativo do educador e sua formação ídeo-política se entrecruzam num horizonte social que apresenta uma finalidade para a qual se dirige a ação educativa. É a partir de um lugar historicamente contextualizado que o trabalho do educador infantil se concretiza e, nesse processo, antecipa possibilidades



criadoras de novas formas de viver a experiência de estar no mundo. (NUNES, 2009, p. 88).

Ou seja, o artigo traz essa dimensão histórica para explicar como as instituições de cunho assistencialista foram se constituindo no país, como a concepção adultocêntrica e centrada nos cuidados e na tutela surgiu como padrão de proteção social. Indaga sobre essa função e papel da creche, o que as práticas pedagógicas traduzem acerca disso, enfatizando a importância entre educador e criança, onde há essa possibilidade de um diálogo, de trocas, respeitando singularidades e diferenças, ou ainda formas de apagamento total das crianças.

Por isso, se faz importante o diálogo sobre como se dão as práticas pedagógicas nos contextos coletivos de educação- cuidados para crianças pequenas, buscando relacioná-las com as questões de mundo político, pensando tanto “na dimensão do conformismo e reiteração da ordem quanto da resistência e construção de uma nova sociedade” (NUNES, 2009). Desse modo se mostra a relevância de se pensar e refletir acerca do papel da educação infantil.

O segundo artigo chama-se “*Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática*”, tem Peter Moss como autor, e também foi publicado no ano de 2009.

Esse autor traz a discussão sobre pensar a prática política democrática dentro das instituições de educação infantil, sendo esse um ambiente para se pensar práticas novas, no sentido de que crianças e adultos podem se envolver com outros na tomada de decisões que afetem eles mesmos, os grupos dos quais eles são membros e a sociedade como um todo.

Identifico-me especialmente com esse artigo, pois as minhas indagações seguem as mesmas do autor e, por isso, mostra-se muito importantes para a minha pesquisa, como por exemplo: “O ponto de partida deve ser de que forma imaginamos, construímos ou entendemos essa instituição: o que entendemos por creche? O que entendemos por educação infantil?”. Segundo Moss (2009), trazer a política democrática para as instituições é função da educação infantil no sentido de engajamento dos cidadãos sobre tomada de decisões e intenções, sobre avaliação dos processos pedagógicos e na contestação de discursos dominantes.

O terceiro artigo analisado tem o título “*Infâncias em educação infantil*”, da autoria de Anete Abramowicz, Diana Levcovitz e Tatiane Cosentino Rodrigues, foi publicado no ano de 2009 pela revista *Pró-posições*.

Este artigo discute o papel da creche, considerando noção de criança, infâncias, educação e práticas pedagógicas. Entende a infância como experiência, tempo de criação.

Segundo as autoras:

A escola de Educação Infantil tem como função prioritária promover as infâncias, já que nem todos as têm. Desse modo, há de se inventar estratégias educacionais promotoras de infâncias e de devir (es), modelos de diferenciação, para que todas possam diferir e experimentar. O desafio posto para o professor de Educação Infantil é propor uma educação cujas práticas educativas não impeçam o devir, mas o implementem.. Portanto, o desafio é o de implementar o exercício da infância. (ABRAMOWICZ, LEVCOVITZ, RODRIGUES, 2009, p.189).

Através de autores da Filosofia, como Agambem e Benjamin, as autoras enfatizam uma urgência em discutir as infâncias, entendendo-as como tempo de experiências, de pensar as pedagogias e suas práticas, e a função da educação infantil.

Também trazem a importância de se pensar esse espaço como local privilegiado para se viver a infância, possibilitando outros “agenciamentos, afetos e amizades” (ABRAMOWICZ, LEVCOVITZ, RODRIGUES, 2009), tendo o professor papel essencial no sentido de buscar entender e observar mais as crianças, e usar estratégias de ação pedagógica para possibilitar a vivência das infâncias e culturas.

O próximo artigo intitulado “*A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais Brasileiras*” (2009) é das autoras Maria Malta Campos, Yara Esposito, Eliana Bhering, Nelson Gimenes e Beatriz Abuchaim

As autoras resgatam toda concepção histórica já trazida nos artigos anteriores, de criação de instituições de educação infantil, primeiramente de caráter assistencialista, por conta da ascensão da mulher no trabalho nas indústrias. Depois traz as leis que protegem as crianças e buscam melhorias na área da educação infantil. Segundo as autoras:

Com efeito, uma das principais responsabilidades da educação infantil é favorecer o desenvolvimento infantil integral, o que inclui a aprendizagem e o domínio de novas habilidades. A qualidade diz respeito à natureza das experiências vividas durante o tempo em que frequentam estas instituições, possibilitando uma plena vivência de sua infância e ampliando suas possibilidades de compreensão e interação com o mundo e pessoas ao seu redor. (CAMPOS, ESPOSITO, BHERING, GIMENES, ABUCHAIM, 2009, p. 24).

Uma discussão feita no mesmo artigo sobre o acesso e a qualidade da educação infantil também nos remete a pensar acerca do para que serve a educação infantil e como as políticas e discussões trazem essa questão à tona.

Para uma melhor visualização desses artigos que discuto, trago uma tabela com os principais dados de cada um deles. A tabela foi construída trazendo pontos importantes desses trabalhos, como do referencial teórico utilizado pelos autores, de metodologia e de dados mais

gerais: nome do autor, ano de publicação, eixo de discussão e título. Com relação à metodologia empregada por cada autor nas suas obras, trago fragmentos dos próprios artigos, explicados pelos autores em cada artigo selecionado.

Situo também os referenciais teóricos desses artigos que, como podem observar, não são diretamente da área da educação. Veja que curioso e interessante mostrar que várias áreas trazem essa discussão e atentam para o fato de que é preciso pensar e falar acerca da educação infantil, da sua importância e papel dentro da nossa sociedade.

A tabela abaixo segue com esse intuito:

AUTOR	ANO	INST. LOCAL	TÍTULO DO TRABALHO	BREVE RESUMO DO ARTIGO	ÁREA / REFERENCIAL TEÓRICO.
Deise Gonçalves Nunes	2009	UFF/ RJ	Educação infantil e mundo político.	Analisa-se a forma como a organização de saberes e práticas no campo da Educação Infantil reflete e condiciona a internalização da ideia de mundo político, tanto na dimensão do conformismo e da reiteração da ordem quanto da resistência e construção de uma nova sociedade. Na primeira parte focaliza-se a educação infantil como produto histórico, demonstrando como as práticas inscritas no seu interior veem sendo tecidas a partir de uma determinada concepção de assistência social dominante no campo das políticas sociais. Na segunda, aborda-se o educador infantil como um ser social que tem parte de sua subjetividade formada a partir das determinações materiais de sua prática profissional. Por fim, apresenta-se, a título de conclusão, uma breve reflexão sobre a educação infantil como um acontecimento político que é socialmente determinado e que nos fala de relações e poderes que podem definir sociabilidades mais ou menos afeitas à ordem social dominante.	Revista katálysis – Serviço social.

Peter Moss	2009	USP/ SP	Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática.	Este artigo explora a possibilidade de que instituições de educação infantil possam ser, antes de tudo, locais de prática política - e especificamente de práticas políticas democráticas. A necessidade de uma primazia de práticas políticas democráticas em instituições de educação infantil se faz mais urgente por conta do aumento de interesse no governo da educação infantil.	Psicologia.
Anete Abramowicz, Diana Levcovitz, Tatiane Cosentino Rodrigues	2009	SP	Infâncias em Educação Infantil.	Este artigo, por sua natureza teórica, trabalha com noções tais como infâncias, crianças, multidão e experiência, no intuito de pensar uma educação cujas práticas educativas possibilitem o exercício da infância. O artigo refaz um caminho no qual a infância e a criança são percebidas “em sua dimensão singular”, de modo a recuperar, no fim do percurso, o caráter plural que as noções de criança e infância encerram.	Pro-posições Filosofia
M <sup>a</sup> Malta Campos, Yara Esposito, Elia Bhering, Nelson Gimenes, Beatriz Abuchaim.	2009	SP	A qualidade da educação infantil: um estudo em 6 capitais Brasileiras.	O artigo apresenta resultados de pesquisa de avaliação sobre a qualidade da educação infantil no Brasil, desenvolvida em parceria com a Fundação Carlos Chagas, o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os dados foram colhidos em 147 instituições de educação infantil em seis capitais brasileiras, durante o segundo semestre de 2009.	Cadernos de pesquisa/ Sociologia da Infância.

Ana Paula Tatagiba	2010	UFF/RJ	Aspectos da política educacional carioca: trajetórias da educação infantil.	O objetivo do presente trabalho é divulgar a trajetória que as políticas públicas voltadas para a infância de 0 a 6 anos percorreram na cidade do Rio de Janeiro, situando as ações desenvolvidas nas áreas de Educação e Assistência Social. Considerando as repercussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente desde 1996 são apresentadas análises do contexto contemporâneo, no qual a educação infantil figura como um direito social.	Sociologia da infância.
Sheron Lynn Kagan	2011	Columbia University / EUA.	Qualidade na educação infantil: revisão de um estudo Brasileiro e recomendações.	A autora comenta evidências obtidas por pesquisa de avaliação da educação infantil no Brasil, relacionando-as ao debate sobre a qualidade dos serviços educacionais oferecidos às crianças pequenas em âmbito internacional.	Cadernos de Pesquisa/ Político.
Roselane Fátima Campos	2012	UFSC/SC	Política pequena para as crianças pequenas? Experiências e desafios no atendimento de crianças de 0 a 3 anos na América Latina.	Abordamos neste trabalho as políticas atuais destinadas à educação das crianças pequenas na América Latina. Realçamos a emergência dos discursos sobre a "infantilização da pobreza", associada às estratégias de focalização de ações e de políticas sociais, dentre estas as de educação.	Revista Brasileira de Educação/ sociologia da infância.

Fonte: Autoria própria, 2013

### 3. INFÂNCIA E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

#### 3.1 PERCURSO HISTÓRICO

O surgimento das creches e pré-escolas e a trajetória do desenvolvimento da educação infantil no Brasil estão relacionados com o processo histórico, político e social pelo qual passou o país.

Fazendo uma retrospectiva histórica para situar como iniciaram os atendimentos às crianças brasileiras, me apoio nos textos: “Histórias da educação infantil brasileira”, de Moysés Kuhlmann Junior (1998), e “A política da pré- escola no Brasil: a arte do disfarce”, de Sônia Kramer (1982).

Ambos os textos trazem muito da história política do país, bem como a concepção de criança, infância e educação da época e sua evolução com o passar dos anos, além do início da criação das instituições de atendimento à criança e sua função.

Levando em conta a trajetória de mais de 500 anos de constituição do nosso país, de acordo com Moncorvo Filho (apud KRAMER, 1982), do período do descobrimento até o ano 1874 pouco ou nada se fazia pela infância e pelas crianças, pois não havia proteção jurídica e nem se pensavam alternativas de atendimento às crianças.

Depois, de 1874 até 1899, começavam a existir projetos particulares para atendimento às crianças, muitos deles vinculados à saúde, porém não eram sempre concretizados. Só mais tarde, em meados do século XIX e início de XX é que se pode dizer que ocorreram progressos em relação ao cuidado com a criança, quando instituições foram fundadas e leis promulgadas.

A autora Rosa Batista (2013), em sua última pesquisa, diz que até os dias de hoje ainda temos essa tensão em relação à constituição do docente em educação infantil e da relação das creches e pré-escolas com cuidados à saúde e higiene. Assim, segundo a autora:

Tenho percebido que há uma tensão em relação ao que constitui a docência por parte dessas profissionais, tensão que se configura em uma identificação acerca da especificidade da docência na educação infantil, especialmente quando se trata da dimensão pedagógica do trabalho que realizam com os bebês. A ocupação com as atividades ligadas ao corpo- banhar, alimentar, acalantar, entre outras, ainda são compreendidas como menos nobres, menos educativas porque se assemelham às práticas maternas e consideradas menos pedagógicas, educativas. Ainda está presente o discurso da creche como “mal necessário”: se a mãe não trabalha também não deveria enviar seus filhos pequenos à creche por entender que a mãe é a mãe é a melhor educadora dos filhos e é com ela que deve construir vínculos de amor e afeto. (BATISTA, 2013, p.13).

Importante ressaltar que a concepção de criança e infância era voltada a pensar esses sujeitos como seres de pouca idade, inaptos, imaturos, que pouco podiam fazer diante do mundo e da cultura adulta imposta. Era comum que muitas crianças morressem por conta de doenças ou más condições de higiene e de vida, e as que sobreviviam entravam no mundo adulto.

Segundo a autora Sonia Kramer (1982):

A ideia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano- industrial, na medida em que muda a inserção e o papel social desempenhado pela criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância, é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade. (KRAMER, 1982, p.19).

Assim como a ideia de infância, outras coisas também foram mudando. Depois do Descobrimento, o Brasil passa pelo período Colonial e Imperialismo até chegar à República. Nesse período criam-se as primeiras instituições, ideia difundida aqui no Brasil, mas pensada a partir de Froebel e sua experiência dos jardins de infância na Alemanha, “chegando a contar ao menos 15 creches, em 1921, e 47, em 1924, distribuídas por várias capitais e algumas cidades do país”. (KUHLMANN JR., 1998.).

No nosso país o único meio de “cuidado” das crianças era a chamada “Roda dos expostos”, onde as crianças rejeitadas por vários motivos eram “depositadas” e mal recebiam os cuidados básicos.

No estado de São Paulo desde dezembro de 1920 a legislação previa a instalação de Escolas Maternais, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos de operários. Creches, escolas maternais e jardins de infância fizeram parte do conjunto de instituições modelares de uma sociedade civilizada, propagadas a partir dos países europeus centrais na passagem do século XIX ao XX. Depois vem uma influência mais por parte dos EUA, com uma educação típica americana.

Apresentam-se propostas de programas *compensatórios* usados, porém criticados e reformulados, nos Estados Unidos e Europa, para o Brasil, ou seja, estratégias ultrapassadas acabam sendo retomadas na realidade brasileira. Mesmo nessa situação, a educação compensatória chegou ao Brasil, numa “espécie de transposição de inferências e propostas já superadas em outros países”. (KRAMER, 1982).



Esses programas compensatórios vêm no sentido de uniformizar práticas pelo país, ditar normas de forma inflexível, sem considerar os contextos que são diferentes em cada parte do país; uma forma de colonialismo interno.

Inicia-se uma movimentação acerca da pré-escola por parte de educadores, sanitaristas, higienistas, assistentes sociais, jornalistas e autoridades que acreditavam que a pré-escola poderia ser a solução de todos os males.

A educação chamada “assistencialista” promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social. A autora Sonia Kramer chama atenção para a questão da não compreensão de classe social das crianças, ou seja, em caso de fracasso a criança era culpabilizada, pois não se consideravam as condições de vida e classe social dessa criança. “Propor a educação compensatória a fim de transformar um quadro que é determinado pelo contexto socioeconômico representa escamotear as verdadeiras causas que determinam o fracasso”. (KRAMER, 1982).

Trazendo a discussão para o contexto local, a autora Rosa Batista (2013) menciona que:

As primeiras iniciativas em relação ao atendimento educacional à pequena infância no Estado de Santa Catarina partiram de organizações religiosas católicas e luteranas, industriais, filantrópicas e assistenciais em diferentes contextos geográficos, históricos, sociais e culturais. Tais iniciativas expressam/ refletem o crescente lugar de destaque da criança, em âmbito nacional e internacional, no século XX nos diferentes campos: médico, jurídico, religioso, pedagógico, social e histórico. (BATISTA, 2013, p.49).

As ideias dessa autora ajudam a entender os caminhos por onde trilharam as primeiras experiências educativas no nosso estado, indicando que Santa Catarina não fugiu à regra nacional. Nesta mesma obra essa autora apresenta o lugar de destaque da área médica na constituição das primeiras creches no estado, que seguiu o movimento nacional.

No âmbito da política brasileira, foi criado em dezembro de 1923 a Inspetoria de Higiene Infantil, sendo substituída, em 1934, pela Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, criada na Conferência Nacional de Proteção à Infância, em 1933. Em 1937, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública passa a se chamar Ministério da Educação e Saúde, e aquela Diretoria muda também o nome para Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. Em 1940, cria-se o Departamento Nacional da Criança (DNCr) estabelecendo normas para o funcionamento das creches.

Os estados vão incorporando esse movimento e em Porto Alegre, na década de 1940, há a criação dos jardins de infância, inspirados em Froebel e localizados em praças públicas;

em Teresina, capital do Piauí, o primeiro jardim oficial, chamado Lélia Avelino, foi criado em 1933 com o objetivo de proporcionar desenvolvimento artístico da criança de 4 a 6 anos.

Em 1949, começa o Curso de Especialização em Educação Pré-Primária, no Instituto Estadual do Rio de Janeiro (IERJ). O curso forma, ao longo de 18 anos, 549 educadoras de escolas maternas e jardins de infância.

O programa educacional do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, também aproximava as instituições ao prever o “desenvolvimento das instituições de educação e assistência física e psíquica às crianças na idade pré-escolar. Segundo Kuhlmann Jr (1998), aos poucos, a nomenclatura deixa de considerar a escola maternal como se fosse aquela dos pobres, em oposição ao jardim de infância, passando a defini-la como a instituição que atenderia a faixa etária dos 2 aos 4 anos, enquanto o jardim seria para as de 5 a 6 anos.

Em 1942, o DNCr projeta uma instituição que reuniria todos os estabelecimentos em um só: a Casa da Criança. Em um grande prédio seriam agrupados a creche, a escola maternal, o jardim de infância, a escola primária, o parque infantil, o posto de puericultura e, possivelmente, um abrigo provisório para menores abandonados, além de um clube agrícola, para o ensino do uso da terra.

Em 1967, o Plano de Assistência ao Pré-Escolar, do Departamento Nacional da Criança (DNCr), do Ministério da Saúde, órgão que, entre outras atribuições, ocupava-se das creches, indica as igrejas de diferentes denominações para a implantação dos Centros de Recreação, propostos como programa de emergência para atender crianças de 2 a 6 anos.

No ano de 1977 a Legião Brasileira de Assistência (LBA), lançou o Projeto “Casulo” que tinha como intuito desenvolver atividades com as crianças, mas também chamar mais a presença das famílias.

O Ministério da Educação passa a se ocupar da educação pré-escolar, que se torna ponto de destaque no II e no III Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC), sendo um desdobramento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, elaborados durante o governo militar para os períodos 1975-79 e 1980-85. Além de solução para os problemas da pobreza, a educação infantil resolveria as altas taxas de reprovação no ensino de 1º grau.

A ampliação do trabalho feminino nos setores médios leva também a classe média a procurar instituições educacionais para seus filhos. O atendimento educacional de crianças em creches a partir do seu nascimento passa a ganhar uma legitimidade social para além da sua destinação exclusiva aos filhos dos pobres.

De acordo com Moysés Kuhlmann Junior:

As instituições de educação infantil tanto eram propostas como meio agregador da família para apaziguar os conflitos sociais, quanto eram vistas como meio de educação para uma sociedade igualitária, como instrumento para a libertação da mulher do jugo das obrigações domésticas, como superação dos limites da estrutura familiar. A ampliação do trabalho feminino nos setores médios leva também a classe média a procurar instituições educacionais para seus filhos. (KUHLMANN JR, 1998, p.8).

No início da década de 1980, os textos elaborados por conselheiros ou membros do Ministério da Educação passam a falar da educação pré-escolar de 0 a 6 anos. Em parecer do Conselho Federal de Educação, de maio de 1981, Eurides Brito da Silva apontava diretrizes para um sistema público de educação pré-escolar, em que incluía as crianças de 0 a 3 anos, mesmo que ainda atendidas no âmbito dos Ministérios da Saúde e da Previdência.

A revista Educação Municipal, editada em 1985, tinha como eixo a reflexão sobre o que seria assumir uma proposta educacional apenas para as crianças de 4 a 6 anos, considerando esse como o período específico da pré-escola. O pedagógico seria “dar iniciação à alfabetização que é o que se quer e precisa. É preciso fazer da pré-escola uma escola de fato; para ela ser valorizada”.

Frente a tudo isso, trago mais algumas das minhas indagações: qual é o papel e a função da pré-escola? Quais práticas fazem parte deste local? O que configura essas instituições?

Segundo Kuhlmann Jr:

A discussão sobre o papel da educação infantil encontrava fortes argumentos para se entender a orientação assistencialista como não pedagógica, tanto em aspectos administrativos – como a vinculação de creches e pré-escolas a órgãos de assistência social –, quanto em aspectos políticos – como a diminuição das verbas da educação e o seu esvaziamento pela inclusão das despesas com merenda e atendimento de saúde nas escolas (Campos, 1985, p. 48). Com isso, determinados serviços de assistência, como a alimentação e os cuidados de higiene, pareciam representar uma ameaça ao caráter educacional das instituições. (KUHLMANN JR, 1998, p.26).

A defesa do caráter educacional das creches foi uma das principais bandeiras do movimento de luta por creches e dos profissionais dessas instituições, que promoviam encontros para discutir suas condições de trabalho e se organizavam em entidades como a Associação dos Servidores da Secretaria da Família e do Bem Estar Social, na cidade de São Paulo.

O relatório da XIII Reunião Conjunta dos Conselheiros Estaduais de Educação em 1976 traz essa defesa da educação compensatória e destaca o atendimento à criança carente e o assessoramento técnico de entidades internacionais experientes. O III Plano setorial de

educação, cultura e desporto (PSEC), também traz essa visão de educação compensatória, mesmo não caracterizando definitivamente a pré-escola.

Os subsídios para a política e o planejamento da educação – pontos de referência para elaboração do III PSEC – apontam problemas na pré-escola: ausência de uma política global, escassa oferta de pré-escolas públicas e privadas, falta de coordenação entre programas de educação e saúde, preparo para 1º grau, falta de pessoal qualificado, falta de envolvimento da comunidade e da família nos programas.

Sonia Kramer ajuda nesta reflexão quando diz que:

A ênfase a regionalização das iniciativas educacionais tende a camuflar a existência da divisão da sociedade brasileira em classes sociais, com suas diferenças socioeconômicas e culturais, ou seja, entender as diferenças existentes entre as crianças reforça a ideia do “problema da criança” escondendo sua vinculação com a situação de classe social. A posição aqui é que os programas pré- escolares tomem a cultura de origem da criança como ponto de partida do trabalho pedagógico, visando proporcionar gradativamente a instrumentalização necessária para que a criança adquira os saberes. Isso não seria interessante para a cultura dominante que busca trazer programas uniformes. (KRAMER, 1982, p.109).

De acordo com Kuhlmann Junior (1998), na década de 1990 aparecem outras formulações sobre a educação infantil que agora passam a enfatizar a indissociabilidade dos aspectos do cuidado e da educação da criança pequena. Observa-se que ainda hoje há crianças pequenas que são submetidas a uma disciplina escolar arbitrária em que, diferentemente de um compromisso com o conhecimento, a instituição considera não ser sua função prestar os cuidados necessários e sim controlar os alunos para que sejam obedientes à autoridade.

### **3.2 DIRETRIZES CURRICULARES E LDB PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA**

É importante situar melhor esses documentos já citados no corpo do texto que apoiam a educação infantil, que são: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI - CNE, 2009) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), ambos defendidos no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE) e em consonância com o Ministério da Educação.

Com relação à educação infantil a LDB/ 96 prevê:

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus

aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30º. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31º. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (LDB, 1996, p.12).

Já a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais e prevê como objetivo a educação infantil se constituir na primeira etapa da educação básica, sendo dever do Estado a oferta pública, gratuita e de qualidade.

Traz ainda os princípios norteadores da educação infantil:

- Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

- Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

- Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (CNE, 2009, p.16).

As leis assim defendem uma educação infantil de qualidade, preocupada com o desenvolvimento e a formação das crianças.

### **3.3 REVISITANDO O CONCEITO DE INFÂNCIA**

Sabemos que a concepção de infância pensada hoje não é a mesma pensada em outros períodos; com o passar do tempo a forma de entender e de se aproximar das crianças, bem como a de concebê-las foi mudando.

Vimos um pouco na retrospectiva histórica que a criança nascia e logo era levada a ser como os adultos; no modo de agir e de se vestir, por exemplo, eram os adultos em miniatura, estudado e discutido por Philippe Àries (1981).

A autora Leni Vieira Dornelles, também estudiosa das crianças e infâncias, traz que:

A ideia ocidental de infância vai se firmando cada vez mais em época como o Renascimento, para se consolidar a partir do Século das Luzes. Até então a criança não era vista senão como mero ser biológico, sem status próprio. A emergência da criança como um acontecimento visível faz com que esta passe a ser falada, dita, explicada, caracterizada como um ser inocente, diferente do adulto, que precisa de cuidado e proteção. (DORNELLES, 2005, p. 15).

Assim como problematiza Leni Dornelles (2005), com o passar do tempo e com o crescimento da sociedade em termos políticos e também de atendimento às crianças, essa

concepção foi aos poucos mudando, juntamente com as concepções de atendimento e da sua função, no início de caráter assistencialista.

Com o advento de leis de apoio aos direitos das crianças, como a Constituição Federal (1988), ECA (1990), como a LBD/ 61 e 96 e as Diretrizes Curriculares para educação básica, as concepções de criança, de infância e de educação foram mudando.

No texto chamado “*Educação e Infância: trajetórias de pesquisa e implicações pedagógicas*”<sup>2</sup> a autora Eloisa Rocha (2011) chama atenção para essa nova forma de enxergar as crianças através dos estudos da Sociologia da Infância. Segundo Rocha (2011):

Torna-se cada vez mais abrangente no mundo contemporâneo a compreensão da infância como uma fase da vida dotada de especificidades e de fundamental importância para a constituição da identidade humana, tanto do ponto de vista subjetivo como do social. Essa constatação tem levado os educadores a dedicar um considerável esforço na busca por ampliar a compreensão sobre essa fase inicial da vida e estabelecer, em consequência, propostas educativas que considerem a especificidade das crianças no âmbito de uma infância historicamente determinada. (ROCHA, 2011, p. 367).

Defende-se, então, a importância de considerar as crianças como sujeitos de voz, ativos e construtores de cultura e, desse modo, cabe aos professores buscarem também essa aproximação, sensibilizar seu olhar diante das crianças, entender o que elas querem dizer através de suas ações, movimentos e inquietações. Importante ressaltar também que o currículo e as práticas pedagógicas instituídas mostram as concepções e intenções do professor para e com as crianças.

Assim como pontua Eloisa Rocha:

As contribuições mais recentes da sociologia da infância e da antropologia da criança, por exemplo, apontam como base uma definição social da infância e vêm acompanhadas da indicação da necessidade de maior atenção às manifestações das crianças e de sua cultura, marcadas por uma inserção concreta e histórica, contingenciada pelas relações de classe social, gênero, etnia e raça. Essas perspectivas vêm indicando atualmente o fortalecimento e a articulação entre os diferentes saberes sobre a criança e a infância na direção da construção de um novo campo de estudos da infância. (ROCHA, 2011, p. 373).

Outros autores como Jorge Larrosa (2006), Sônia Kramer (1982), Peter Moss (2009), Walter Kohan (2003) também compactuam com essa visão de criança e infâncias e discutem a busca de um refinamento do olhar, de não favorecer e dar continuidade à lógica da mera reprodução dos sujeitos, da sociedade do controle e do aligeiramento.

---

<sup>2</sup> Este texto compõe o livro chamado *Educação Infantil: Enfoques em Diálogo* organizado pelas autoras Eloisa A. C. Rocha e Sonia Kramer no ano de 2011. Foi reconhecido através do prêmio Jabuti em 2012.

A autora Sônia Kramer, no texto chamado “*A infância e sua singularidade*” discute essa questão e deixa claro que:

Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidos. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mas que estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância. Uma cadeira de cabeça pra baixo se torna um barco, foguete, navio, trem, caminhão. Aprendemos, assim, com as crianças, que é possível mudar o rumo estabelecido das coisas. (KRAMER, 2006, p. 15).

A autora Leni V. Dornelles (2005), no livro intitulado “*Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber*”, discute o governo das crianças pela sociedade capitalista, controladora e fala dessa ideia de que as infâncias nos escapam, pois não podemos controlar tudo, e de que as crianças buscam viver subvertendo ordens inflexíveis que lhe são impostas.

De acordo com a autora Patrícia de Moraes Lima (2006), apoiada em autores como Agamben e Kant, é preciso “pensar a infância como um trajeto desconhecido, como experiência, como um percurso de desvios e retornos.” (p.47). Alguns autores vêm pensando a questão da alteridade, de se entender o outro, de pensar a infância como experiência. O autor Larrosa (2005) traduz essa questão na seguinte frase: “a experiência é tudo aqui que nos passa, que nos toca”.

É em Larrosa, citado por Dornelles (2006), que também encontro o conceito de alteridade.

A alteridade é algo muito mais radical: nada mais, nada menos que sua absoluta heterogeneidade em relação a nós e ao nosso mundo, sua absoluta diferença. E se a presença enigmática da infância é a presença de algo radical e irredutivelmente outro, ter-se-á de pensá-la na medida em que sempre nos escapa: na medida em que inquieta o que sabemos (e inquieta a soberba da nossa vontade de saber), na medida em que suspende o que podemos (e a arrogância da nossa vontade de poder) e na medida em que coloca em questão lugares que construímos para ela (e a presunção da nossa vontade de abarcá-la). Aí está a vertigem: no como a alteridade da infância nos leva a uma região em que não comandam as medidas do nosso saber e poder. (LARROSA apud DORNELLES, 2006, p.71).

Por isso tudo é que se faz importante pensar e refletir acerca das crianças e das infâncias. E pensar essa questão é pensar em conjunto com as instituições de educação infantil, quais suas concepções, quais práticas pedagógicas estão inseridas e como se tem visto a educação das crianças pequenas.

## **4 ANÁLISES E APROXIMAÇÕES**

### **4.2 ANÁLISES DOS ARTIGOS ACADÊMICOS**

Depois do trabalho de seleção dos artigos e de sistematizá-los em uma tabela que facilita a visualização é chegada a hora de analisar essas 7 produções que agora compõem uma outra tabela, a de análise. Busco nos artigos como aparece a questão da função social da educação infantil, de que forma os autores trazem isso, que outras expressões compõem são utilizadas quando se referem à função social da educação infantil, quantas vezes aparecem essas expressões e por qual viés pensam e discutem o tema. Interessante ver os vários vieses pelos quais a questão é discutida, e como através de sinônimos também se reflete isso.

Na página seguinte encontra-se a tabela produzida para realização das análises:



<b>Título do artigo</b>	<b>Modo como aparece a função social da educação infantil</b>	<b>Quantidade de vezes que aparece a expressão: “função social da educação infantil”</b>	<b>Expressões utilizadas como sinônimos para “função social da educação infantil”</b>	<b>Quais agenciamentos o texto faz? (função social ligada a outros temas).</b>
Educação infantil e mundo político.  (NUNES, 2009).	- Trajetória histórica política da educação infantil.	0	- lugar que o equipamento creche ocupa (1).	- Relação mundo político e educação infantil.
Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática.  (MOSS, 2009).	- Indagações acerca da educação infantil.	1	- o que entendemos por creche?  - qual objetivo da educação infantil e para que servem as creches na nossa sociedade? (2).	- Política e prática democrática dentro da creche.  - Pensar o local da creche como possível para a prática democrática.
Infâncias em educação infantil.  (ABRAMOWICZ, LEVCOVITZ, RODRIGUES, 2009).	- Através das discussões e reflexões sobre infância, criança, infâncias e educação infantil.	1	- função da pedagogia na educação infantil.  - reflexão das práticas pedagógicas exercidas. (2).	- Infância como experiência  - Sociologia da infância  - diálogo com a Filosofia através de autores como: Agambem e Benjamim.

<p>A Qualidade em educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. (CAMPOS, ESPOSITO, BHERING, GIMENES, ABUCHAIM, 2011).</p>	<p>- Trajetória política da educação infantil no Brasil.</p>	<p>0</p>	<p>- responsabilidades da educação infantil. - educação infantil deve trazer possibilidades (2).</p>	<p>- Discussão sobre a qualidade da educação infantil.</p>
<p>Aspectos da Política educacional carioca: trajetórias da educação infantil. (TATAGIBA, 2010).</p>	<p>- Discussão política de constituição de atendimento as crianças no Estado do Rio de Janeiro.</p>	<p>0</p>	<p>- atendimento assistencial na década de 70. - função preparatória para a escola. - papel do professor de Ed. Infantil. - características marcantes da educação infantil. (4).</p>	<p>- Política Nacional e política do Estado do Rio de Janeiro para a educação infantil. - Programas de educação assistencialista. - Educação como direito das crianças.</p>
<p>Qualidade na educação infantil: revisão de um estudo Brasileiro e recomendações. (KAGAN, 2011).</p>	<p>- Política brasileira de educação infantil.</p>	<p>0</p>	<p>- educação infantil opera de determinada forma (1).</p>	<p>- Discussão sobre a qualidade da educação infantil.</p>

<p>Política pequena para crianças pequenas? (CAMPOS, 2012).</p>	<p>- Discussão política acerca do que se defende para as crianças pequenas.</p>	<p>0</p>	<p>- centralidade da educação infantil. - sentido da educação infantil (2).</p>	<p>- Políticas na educação infantil. - Discussão em torno dos programas de atenção socioeducativos. - Sucesso e fracasso escolar futuro.</p>
---	---	----------	---	--

Para falar de cada artigo busquei enumerá-los, conforme organização numérica apresentada abaixo:

- 1- Educação infantil e mundo político.
- 2- Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática.
- 3- Infâncias em educação infantil.
- 4- A qualidade da educação infantil: um estudo em 6 capitais Brasileiras.
- 5- Aspectos da Política educacional carioca: trajetórias da educação infantil.
- 6- Qualidade na educação infantil: revisão de um estudo Brasileiro e recomendações.
- 7- Política pequena para crianças pequenas?

Podemos perceber que os 7 artigos selecionados tem caráter mais político e questionador quanto as próprias políticas que defendem a educação infantil e as práticas pedagógicas que constituem a função da educação infantil, bem como, uma trajetória histórica e social da nossa sociedade. E isso, claro, acontece pelo fato de que a história da educação na sociedade não está descolada e também caminha assim como a construção política do país.

É perceptível que dos 7 artigos apenas 1 traz o termo “função social da educação infantil” explícito em seu texto, sendo que os outros tratam o tema a partir de sinônimos como: lugar do equipamento creche, objetivo das creches na sociedade, educação infantil opera de determinada forma, sentido e centralidade da educação infantil, entre outros citados na tabela. Os sinônimos aparecem em todos os 7 artigos, sendo eles: “lugar que o equipamento creche ocupa”, “qual objetivo da educação infantil e para que servem as creches na nossa sociedade?”, “função da pedagogia na educação infantil”, “responsabilidades da educação infantil”, “características marcantes da educação infantil” e “sentido da educação infantil”.

Os autores dos artigos 1, 3 e 5, tratam muito mais que os outros artigos, sobre a questão histórica da educação infantil no Brasil, fazem uma retrospectiva do atendimento às crianças, como se concebia a infância, a criança e a educação. Trazem datas e leis que marcam a história da educação infantil. A partir disso, nos convidam a refletir sobre concepções de educação que se tinha antes e a que se têm hoje, as conquistas políticas, as práticas pedagógicas e ações do professor dentro das instituições e com as crianças. Instigamos a refletir a partir de tudo isso, dessa questão histórica e política, como podemos pensar a educação infantil hoje e propiciar as vivências das crianças nos contextos educativos, trazendo uma contribuição atual.

Os artigos 4 e 6, discutem mais pelo viés da qualidade ou falta dela, no sentido de pensar o papel da educação infantil através de qualidade de espaço, de formação de professores e de ações pedagógicas.

Os artigos 1 e 3, trazem essencialmente nos seus discursos uma ascensão do campo da Sociologia da Infância e as formas de conceber as crianças, suas infâncias e educação infantil. Do total de textos, 3 deles falam da conquista dos direitos das crianças, da importância do papel do professor em não apagar a ação e voz dessas crianças, o entendimento de várias infâncias e produção de cultura através das crianças, e ainda a ideia de infância como experiência.

O artigo de número 7 faz um alerta em torno dos projetos sócio educativos desenvolvidos na educação infantil e qual a intenção da política com isso, ressaltando que esses projetos acabam por retroceder naquilo que a área já conquistou, fazendo voltar ao tempo em que o trabalho desenvolvido era de cunho assistencialista.

Já o artigo número 2 discute, justamente, as indagações principais desta pesquisa. O que entendemos por função da educação infantil e qual seu objetivo na nossa sociedade são questões chave para se pensar a função social desse nível educativo. O autor discute a questão da possibilidade de as práticas democráticas e outros valores mais políticos, críticos e de respeito à diversidade serem implementados nas propostas educativas. Para ele a importância da democracia nas creches está intimamente relacionada com a melhora da sociedade e o avanço político do país:

Trazer a política democrática para dentro da creche significa o engajamento dos cidadãos em algumas atividades. Em primeiro lugar, a tomada de decisões sobre as intenções, as práticas e o ambiente da creche. Em segundo, a avaliação do trabalho pedagógico através de métodos participativos. Em terceiro lugar, *contestar discursos dominantes*, o que Foucault chama de regimes da verdade, que procuram dar forma às nossas subjetividades e práticas através de suas pretensões de verdade universal e de sua relação com o poder. (MOSS, 2009, p. 5).

O mesmo autor fala da importância de uma política democrática dentro da creche, incitando discussões em torno da temática “função social da creche”, afirmando que:

As instituições de educação infantil são facilmente vistas como lugares para governar crianças por meio da aplicação de tecnologias humanas cada vez mais poderosas, e como provedoras de mercadorias a serem negociadas no mercado de cuidado de crianças. A questão, portanto, do que pensamos ser o objetivo das instituições de educação infantil, e a que propósitos elas servem em nossas sociedades, está se tornando muito urgente. (MOSS, 2009, p. 420).

Hoje sabemos que, com o passar do tempo, as creches e pré-escolas são mais do que eram antigamente, o cuidar e o educar são indissociáveis na educação infantil. Mas, ainda muitas questões e práticas se amparam nas velhas concepções, gerando inúmeras indagações: O que é função da educação infantil e o que não é? O que fazer para que a educação infantil não se constitua em um espaço de antecipação de práticas do ensino fundamental? A criança deve frequentar uma instituição educativa por necessidade da família, por ser um direito seu assegurado em lei, ou por ambos os motivos?

O autor discorre ainda sobre a importância de se exercer a democracia desde a educação infantil:

Por que práticas democráticas são tão importantes, no geral e na educação infantil? É um meio pelo qual crianças e adultos podem se envolver com outros na tomada de decisões que afetam eles mesmos, grupos dos quais eles são membros e a sociedade como um todo. É também um meio de resistir ao poder e à sua vontade de governar, e às formas de opressão e injustiça que emergem do exercício descontrolado do poder. Por fim, mas não menos importante, a democracia permite que a diversidade prospere. Ao fazer isso, oferece o melhor ambiente para a produção de pensamentos e práticas novas. (MOSS, 2009, p. 419).

Chama atenção também para um currículo que pense nos direitos das crianças e na inserção mais marcante das políticas democráticas e da ética para que haja uma renovação de valores na comunidade e de democracia. Valores que devem ser resgatados e iniciar desde cedo na vida das crianças, como: respeito à diversidade, reconhecimento de múltiplas perspectivas e paradigmas diversos, no sentido de pensar que há mais de uma resposta para algumas questões, pensamento e atitude crítica e também acolher a curiosidade, a incerteza e a subjetividade.

Peter Moss (2009) ressalta que:

O desafio é tanto reviver políticas democráticas tradicionais ou formais quanto explorar o interesse em formas alternativas de política democrática, através do desenvolvimento de novos lugares e temas para a prática da política democrática – incluindo instituições de educação infantil e temas que são centrais para a vida diária das crianças e adultos que participam dessas instituições. (p. 420).

A autora Deise Gonçalves Nunes (2009), também discute essa questão das relações autoritárias e clientelistas estabelecidas nos contextos educativos e o fato de as crianças assumirem o papel de subalternas, sem voz nem reconhecimento social na educação baseada em uma visão adultocêntrica. Mas, assim como Peter Moss, traz a ideia de possibilidade de

um diálogo, de práticas democráticas dentro da creche, de poder pensar nas práticas e no que está sendo feito no cotidiano dentro das instituições.

Importante também ressaltar que apenas 2 artigos trazem o tema pelo viés das práticas pedagógicas e da qualidade da educação infantil, enquanto 3 abordam isso através da discussão política, sendo então esses três pontos: política, qualidade da educação e práticas pedagógicas os temas agenciados pelos autores para discussão da função da educação infantil.

A análise dos artigos trouxe um panorama do que a área acadêmica vem pensando e produzindo nos últimos 5 anos acerca da função social da educação infantil. Entender um pouco mais e estar em contato com diferentes autores que falam sobre a educação infantil é com certeza muito enriquecedora para esta pesquisa.

#### **4.3 APROXIMAÇÃO AO FÓRUM REGIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

O Fórum Regional de Educação da Grande Florianópolis (FREIGF) foi instalado em 09 de dezembro de 2003, e na sua composição inicial contava com a participação de representantes de treze municípios, obedecendo a organização regional da 18ª Gerência de Educação de Santa Catarina (18ª GERED)<sup>3</sup>. Esta composição se manteve ativa por pouco tempo, de acordo com informações dadas por integrantes do movimento daquele período.

Constituído como “uma entidade suprapartidária, sem personalidade jurídica [...] se caracteriza por ser um espaço de permanente discussão e atuação na garantia dos direitos das crianças de 0 a 5 anos” (Carta de Princípios - Art. 1º). Como “instância consultiva, propositiva, indicadora, fomentadora e de acompanhamento das ações na área da Educação Infantil” (Art. 2º), este Fórum:

[...] tem por finalidade acompanhar a implantação e implementação da legislação específica de educação infantil em Santa Catarina e de modo particular nos municípios que compõem a região da Grande Florianópolis, e de seus instrumentos, assim como promover estudos e debates sobre as políticas pertinentes a área. (Art. 3º).

---

<sup>3</sup> Dos treze municípios: Angelina, Águas Mornas, Anitápolis, Antonio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, São Bonifácio e São José.

Em 21 de junho de 2011, o Fórum Regional de Educação Infantil da Grande Florianópolis teve suas atividades retomadas, sofrendo alteração no que se refere aos municípios envolvidos nesse contexto. A partir desta data a referência utilizada para composição regional passou a ser a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS)<sup>4</sup>, a qual é composta por vinte e dois municípios. Ou seja, foram incorporados mais 9 municípios, além daqueles constantes na fase inicial.

Desse modo, o Fórum Regional de Educação Infantil da Grande Florianópolis, neste momento de sua atuação abrange os municípios de Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas.

O Documento chamado Carta de Princípios do Fórum norteia esse movimento, trazendo as finalidades, objetivos e características que o compõem. De acordo com o artigo 5º alguns dos objetivos são:

- Buscar por meio dos sistemas públicos educacionais da Região da Grande Florianópolis, a garantia do acesso gratuito e de qualidade das crianças de 0 a 5 anos em instituições de Educação Infantil.
- Acompanhar o cumprimento da Legislação específica, colaborando na implementação;
- Articular debates para obtenção de indicativos sobre a realidade do atendimento, visando a proposição de políticas de Educação Infantil, na busca pela a qualidade do cuidado e educação das crianças de 0 a 5 anos em todas Instituições de Educação Infantil da Grande Florianópolis;
- Organizar encontros sistemáticos para troca de experiências entre os setores envolvidos nesta área visando o estabelecimento de ações;
- Incentivar a implementação de propostas pedagógicas de qualidade em todas as instituições de Educação Infantil. (CARTA DE PRINCÍPIOS, 2011, p.2).

Importante ressaltar também a composição do Fórum, lembrando o capítulo IV da Composição, que no artigo 6º menciona:

O Fórum é composto por organizações governamentais e não governamentais com atuação na área Educação Infantil da Região da Grande Florianópolis, bem como aquelas organizações e pessoas que atuam na garantia e defesa dos direitos das crianças de 0 a 5 anos. (CARTA DE PRINCÍPIOS, 2011, p.2).

---

<sup>4</sup> Maiores informações podem ser obtidas junto ao *site* da entidade:  
<http://www.granfpolis.org.br/municipios/index.php>



Diante da Carta de Princípios, objetivos e função do Fórum, novamente trago a importância dessa aproximação para reflexão em torno da educação infantil e também a partir do material dos artigos analisados, buscar entender mais de perto quais discussões vêm à tona quando o assunto é a função da educação infantil.

A possibilidade de aproximação ao Fórum Regional de Educação Infantil se deu através da figura da coorientadora Roseli Nazário que já participava das reuniões, que vê o Fórum como espaço importante de discussões, por isso, me convidou a participar e a me aproximar com intuito de enriquecer meu trabalho com as contribuições desse movimento.

A minha primeira participação no Fórum foi no dia 17 de setembro de 2013, em uma plenária da comissão executiva/institucional<sup>5</sup> que aconteceu no município de Antônio Carlos, onde fui muito bem recebida e pude começar a entender o movimento do Fórum, como se constitui, que pessoas participam e o que discutem.

Foi possível perceber que participam desse movimento pessoas ligadas às secretarias de educação, professores de educação infantil, diretores e coordenadores de instituições e pessoas interessadas a pensar e discutir a educação infantil.

Chamou-me atenção que o espaço se constitui como local de debate e discussões, onde as pessoas se colocam dispostas a aprender mais e a entender mais sobre as políticas, sobre critérios de matrículas, idade para ingresso no ensino fundamental, formação do professor, o que norteia a avaliação das práticas pedagógicas e também o papel de programas governamentais dentro das instituições.

Defende-se muito a questão da qualidade e acesso à educação infantil para todas as crianças. Já se tem a obrigatoriedade de que com 4 anos a criança comece a frequentar as instituições de educação infantil, e discute-se que também possa ter essa conquista de 0 a 3 anos.

Algo bastante frisado também é a questão de que educação infantil é coisa séria, que a formação do professor é essencial e que ele deve buscar essa profissionalização continuamente, que a instituição é um espaço diferente da casa das crianças, é um contexto educativo, que é também, mas não só, assistencial, que deve ser um espaço privilegiado para se pensar e viver a infância.

A partir do que situa o Fórum e o que viemos estudando sobre educação infantil, surgem outras indagações: que propostas temos nas nossas instituições? Afirmando que o

---

<sup>5</sup> De acordo com a Carta de Princípios, compete a Comissão Executiva/Institucional, organizar mensalmente encontros sob o formato de plenárias ordinárias, aberta a participação de representantes de todas as organizações da sociedade, com o objetivo de discutir e propor as ações para a melhoria da qualidade da educação e cuidado das crianças de 0 a 5 anos. (Art. 7º - § 1º).

professor tem papel político e intencionalidade nas propostas educativas, educamos para emancipação ou submissão dessas crianças? Nós que estamos discutindo em nível de Fórum, o que estamos fazendo por nossas instituições e nossos municípios? No cotidiano a política é discutida?

Para além do Fórum Regional de educação infantil, importante situar que também existe o Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil - MIEIB, constituído pelos Fóruns Estaduais, que então discutir a educação infantil, os direitos fundamentais das crianças e a importância de uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida para o desenvolvimento do ser humano a nível nacional.

O movimento do Fórum se constitui na tentativa de ajudar na reflexão, pensar na ação política e na defesa pelos direitos das crianças, constituindo assim este um espaço de diálogo em grupo e construção coletiva.

De acordo com o material do MIEIB, intitulado “Educação Infantil: Construindo o presente”, é possível perceber mais desse movimento de maior abrangência. Para situar um pouco:

O MIEIB vem, desde 1998, desenvolvendo ações pontuais para a discussão e o claro entendimento de que a inclusão da Educação infantil como primeira etapa da educação básica implica em tomada de decisões que levem a sua plena integração aos sistemas municipais de educação, a criação de estruturas físicas adequadas às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, a ampliação e democratização dos recursos destinados à educação básica. Consolidar e respeitar as conquistas legais advindas, desde 1988, com o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, tem sido uma das grandes metas do MIEIB. Por isso, movimento, dinamicidade, compromisso, responsabilidade, polêmicas são expressões que marcam a curta, porém efetiva trajetória do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB. (MIEIB, 2002, p.4).

A intenção de apresentar brevemente o MIEIB foi no sentido de situar o movimento dos Fóruns Regionais, mais especificamente o da Região da Grande Florianópolis, o qual consiste no foco de aproximação aos artigos analisados por esta pesquisa.

Desse modo, trago algumas informações acerca dessa região, a partir do *site* da Associação dos municípios da região da Grande Florianópolis que apresenta detalhes minuciosos sobre os municípios com relação à população, área, data de criação, índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Produto Interno Bruto (PIB), entre outras informações.

A criação dessa Associação se deu da seguinte forma:

A criação da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS iniciou em 16 de outubro de 1968, com a assinatura da "Declaração

de Florianópolis", que trazia no seu bojo o objetivo de constituir a Associação, visando promover o desenvolvimento integrado da Região. (GRANFPOLIS, 2013, p.1).

Resta destacar que a partir das informações disponíveis na página da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis e dos dados oficiais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), foi-se construindo um quadro com todos os municípios, trazendo suas especificidades com relação à população, classificando as cidades em pequeno, médio e grande porte, como podemos ver na tabela (ANEXO 1). Os dados específicos de população infantil, como quantidade de crianças e frequência na educação infantil, foram produzidos a partir de um instrumento de coletas de dados elaborado pelo FREIGF, o qual foi disponibilizado para esta pesquisa.

#### **4.4 ENTREVISTAS COM PARTICIPANTES DO FÓRUM ACERCA DA FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

As entrevistas foram pensadas através de algumas perguntas, mas num tom de diálogo com pessoas representantes de alguns municípios (pequeno, médio e grande porte) a fim de buscar ouvir e entender um pouco mais do tema, de como o fórum ajuda a refletir questões relacionadas à função social da educação infantil.

As perguntas e respectivas análises foram feitas de forma contextualizada, partindo do trabalho de revisão bibliográfica dos artigos, do que eles trazem, buscando aproximação com esse movimento do Fórum.

A partir de uma sistematização das falas transcritas das 3 entrevistas, focando nos elementos mais diretos ao tema, busco analisar aqui o que aparece em comum e diferente nesses diálogos, bem como trago fragmentos importantes dessas falas para reflexão.

A partir das perguntas norteadoras, os entrevistados foram colocando seus pontos de vista, falando mais acerca dos seus municípios e destacando a participação do fórum e seu papel de discussões. É possível perceber em todas as falas analisadas eixos comuns de discussão e reflexão, claro por influência das perguntas, mas também por um discurso já incorporado das pessoas entrevistadas. São os seguintes os eixos comuns: a função social da educação infantil, as políticas públicas e as práticas pedagógicas.

Com relação à **função social da educação infantil**, as expressões “educar e cuidar”, “criança como sujeito principal”, “pensar nas práticas e espaços das instituições” e na “formação do professor de educação infantil” foram recorrentes.

Os 3 municípios entrevistados trazem essas concepções:

**Representante de Angelina** - *“Na educação infantil ainda acha-se que qualquer um pode estar na sala de aula. Que para cuidar de crianças não precisa ser um professor, ser um pedagogo, ter formação. Não, qualquer um cuida! A educação infantil passou da fase do apenas cuidar quando ela foi incluída no FUNDEB, que vem recursos. Quando foi incluída na educação básica, então se passou cuidar para educar. A educação infantil em primeiro lugar é aquele clichê-base: a educação infantil é base de tudo. A função dela é principal porque é nela que vai se formar o aluno, o acadêmico, o profissional. Então, assim: é primeira etapa; educação infantil é base porque é primeira etapa da educação; é ali que, como dizia a mensagem lida no encontro de hoje: que a criança aprende a separar, aprender a conversar. Então, eu acho que isso que é a educação infantil; é o primórdio, porque será ela que vai dar base, que vai formar o cidadão lá em cima, lá na formação. Educação infantil é início, é a base e bem trabalhado é um cidadão”.*

**Representantes de Biguaçu<sup>6</sup>** - *“A função da educação infantil é o quê? É o cuidar e o educar, que é o binômio principal. Acho que o fórum tenta fazer isso, de mostrar como esse cuidar-educar acontece nos vários municípios, nas várias funções, vejo que esse é o nosso binômio principal”.*  
*“Eu já fui estagiária há muitos anos e o que eu fazia? Eu cuidava, eu não tinha essa noção do educar, eu cuidava das crianças, e era o que me falavam para eu fazer, era trocar fralda, dar comida e era assim; trabalhava com maternal e berçário. A questão do educar não me dizia respeito; só o professor sentava para fazer o planejamento. Isso não era repassado para o estagiário. Então, era assim o que eu fazia, ali não tinha noção nenhuma”.*

**Representante de São José<sup>7</sup>** - *“Qual a função desse espaço pedagógico? Primeiro, trazer essa criança para o centro da educação. Na verdade, é um olhar para ela, como protagonista. A função que hoje, ou melhor, que já estamos discutindo por algum tempo, é a questão do cuidado e da educação. Também é função da educação infantil olhar para essa criança como sujeito social de direito. Olhar um pouco para a relação com a brincadeira como elemento de cultura. Acredito que é função também ampliar o repertório cultural delas. Entendo que as crianças vêm com formas de viver a infância variadas, não uma só, não uma única infância. E o papel desse espaço de educação é olhar para essas infâncias e ampliar esse repertório infantil”.*

<sup>6</sup> A entrevista com a representação de Biguaçu envolveu as duas profissionais que compõem o grupo gestor do FREIGF - a titular e a suplente. Ambas optaram por participar juntas. Porém, no momento da transcrição se fez a distinção entre as falas, sem se preocupar em atribuí-las à titular ou à suplente.

<sup>7</sup> A entrevista com representação de São José envolveu também duas profissionais, ambas professoras da rede de São José.

Importante relacionar essas falas dos entrevistados com os aportes teóricos que temos e com os artigos que foram analisados através da revisão bibliográfica feita. Ressalto que, com relação à função da educação infantil, as repostas foram todas no mesmo sentido, de trazer uma constante mudança no pensar as crianças e as instituições, questionando-se sempre sobre o que estamos oferecendo às crianças, bem como, uma retrospectiva mais histórica ao dizer o que era feito na educação infantil e quais concepções permeiam a prática hoje.

Essa concepção do cuidar e do educar como ações indissociáveis da educação infantil é bastante recente e foi construída ao longo do tempo, assim como nos fala a autora Ana Beatriz Cerisara (1999), em seu texto *Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil*. A autora diz que:

A insistência em manter os termos educar e cuidar, como já foi indicado anteriormente, relaciona-se ao percurso histórico das creches e pré-escolas no Brasil. A análise do histórico dessas instituições e as relações que estas têm estabelecido tanto com as famílias, quanto com as escolas permite perceber que quando se defendeu, e ainda hoje se defende, uma função pedagógica para as mesmas foi na direção da valorização das atividades ligadas ao ensino de alguma coisa, à transmissão de conhecimentos..(CERISARA, 1999, p.6).

Voltando os 7 artigos analisados, destaco alguns que trazem essa relação do cuidar e educar.

A autora Deise Nunes (2009), faz toda uma retrospectiva histórica da educação infantil no Brasil, fala do início das instituições com os acontecimentos sociopolíticos, com a ascensão do capitalismo e da entrada das mulheres no campo de trabalho. Depois situa a questão das conquistas da educação infantil, da Lei de Diretrizes e Bases que passa a considerar a valorizar mais a criança. Questiona em seu texto a importância de pensarmos “o lugar que o equipamento creche ocupa” e suas organizações. Encerra dizendo que “No Brasil, a educação infantil transita entre práticas sociais conservadoras, de benemerência e tutela, e práticas comprometidas com a emancipação humana e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária” (NUNES, 2009).

O artigo número 4, faz também uma retrospectiva histórica da educação infantil bem como trata de concepções que se tinha e que se tem mais recentemente. Conta um pouco dessa trajetória de concepções acerca da criança e da educação:

As diferentes trajetórias da creche e da pré-escola levaram a concepções de qualidade mais focalizadas nos direitos das crianças. Principalmente no caso da creche, os movimentos sociais que lutaram pelos direitos da mulher acabaram por reconhecer que os ganhos de qualidade só seriam obtidos na medida em que o atendimento tivesse como foco principal as necessidades de desenvolvimento da

criança pequena. Essa preocupação levou a diversas iniciativas de difusão de concepções de educação infantil que procuravam distanciar-se tanto do modelo assistencial e custodial, como do modelo escolar. (CAMPOS, ESPOSITO, BHERING, GIMENES e ABUCHAIM, 2009, p. 7).

O artigo número 5, destaca que após a LDB 9394 as educadoras vão mudando seus discursos, passam a considerar mais a criança e a questionar para que serve a educação infantil. “As falas evidenciam a percepção de muitas educadoras em relação ao seu fazer, colocando em discussão a complementaridade das ações de educação e cuidado como característica da educação infantil”. (TATAGIBA, 2010).

O documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para educação infantil (2010), também trazem essa relação do cuidar e educar na educação infantil, dos núcleos de ação pedagógica para nortear a prática pedagógica, bem como a valorização das crianças e infâncias, que possam vivê-las plenamente nos espaços de educação infantil e que essas vivências sejam sinônimas de experiências.

Com relação ao outro eixo apontado nas entrevistas, que seriam as **políticas públicas** os entrevistados trouxeram que:

**Representante de Angelina** - *“Quando se fala em política, para nós ainda se tem a ideia de política partidária, principalmente para nós dos municípios pequenos Então, educação sempre foi motivo de eleição, sabe? É educação, saúde e trabalho. Sempre se pensa nisso, e a qualidade da educação muitas vezes fica de lado por motivos como este que estava explicando: financeiros ou até mesmo políticos, dependendo da ocasião”.*

**Representantes de Biguaçu**- *“Eu acho que o fórum, na verdade, traz essa questão política: quais são as políticas públicas que nós temos na educação infantil. O fórum tenta, mesmo que sutilmente, estar nos alertando para isso. Como eu sou nova no Fórum - não na educação infantil, mas no fórum sou nova, tenho 5 meses de fórum mais ou menos -, acho que essa questão do fórum é ver o que os municípios têm de políticas públicas pensadas para a educação infantil. Acho que o fórum vem fazendo isso, nos alertando: olha, cuidado, tá vindo isso; como é que está sendo visto isso no município; como é que vocês estão se articulando”.*

*“O Fórum acaba sendo uma fonte de saber. Vou para o fórum, porque o fórum discute tal coisa, quero escutar, quero falar sobre políticas públicas, sobre cuidar e educar. De novo, acho que é esse o papel das pessoas que ainda estão vindo ao fórum. Porque ele é um espaço político, mas não partidário, no fórum o espaço é político para a gente discutir, mas não ficar pela política partidária, pois isso os políticos já fazem muito bem”.*

**Representantes de São José** - *“Quando vou para o fórum quero saber mais de política pública, e aí ele tem essa relação com a formação, porque a*

*partir do momento que eu vou até lá - embora não tenha esse cunho de certificação - estamos discutindo e, de certa forma, acho que também estamos promovendo a nossa formação, porque a partir do momento que estamos discutindo com os nossos pares, a relação daquilo que vem de um órgão maior que é o MEC ou das políticas que estão sendo realizadas nos municípios, também estamos aprendendo uns com os outros. Agora, que o fórum precisa se mobilizar para estar mais atuante, isso eu acho que precisa. Não adianta ficar somente nas reuniões. Eu sinto a necessidade que ele tome iniciativa, que esteja mais a frente. Porque hoje o que temos é um grupo que se reúne mensalmente, é um grupo que tem um e-mail, que troca as informações por esse e-mail, algo mais instantâneo. Mas, ainda precisa do movimento, do movimento de luta, de poder chegar lá na base, precisa estar mais perto dos municípios, no sentido de não se conformar com a situação como está, mas de ir atrás. A gente sente falta da participação das universidades nesse movimento, onde poderiam estar ajudando a esclarecer melhor essas questões, porque às vezes a gente se perde em meio a tanta legislação, e alguém que já pesquisou vai poder nos ajudar”.*

O artigo número 2, aborda a urgência de se pensar em uma política democrática que contamine as crianças desde os menores, por considerar que as políticas públicas e conhecimento acerca delas são:

Um meio pelo qual crianças e adultos podem se envolver com outros na tomada de decisões que afetam eles mesmos, grupos dos quais eles são membros e a sociedade como um todo. É também um meio de resistir ao poder e à sua vontade de governar, e às formas de opressão e injustiça que emergem do exercício descontrolado do poder. (MOSS, 2009, p. 418).

O artigo numero 7, alega que há políticas conformadoras com relação às classes sociais menos privilegiadas que defendem:

As estratégias de focalização da educação nos chamados segmentos vulneráveis da população, reatualizam antigas práticas de educação compensatória, criam novos dispositivos de controle social sobre as crianças e suas famílias, conformando, em sua essência, o sentido atual dado à educação infantil na região. (CAMPOS, 2012, p.82).

Os representantes entrevistados deixam bem evidente a importância do fórum como um espaço para discussão de políticas públicas, “mas não partidária”, embora se perceba o esforço que é necessário empreender nesse sentido, visto que essa relação entre política e partido político ainda é marcante em muitos municípios, em especial, aqueles com baixas taxas populacionais, “os municípios pequenos”, como dito pela representação de Angelina. Isso pode ser evidenciado nas falas a seguir:

**Representante de Biguaçu** – “A questão política é muito forte, e quando o município resolve fazer a gente não consegue evitar”.

**Representante de Angelina** – “Hoje, na minha posição, eu estou fazendo pela educação infantil do município. Mas, meu cargo é político. E quando mudar a gestão?”.

**Representante de São José** - “Tivemos períodos com coordenação pedagógica e agora não temos Mas, há um desejo muito grande por parte dos professores e também por uma equipe pedagógica em qualificar o trabalho junto às crianças. Mas, ainda muito no desejo dos professores, sabe?”.

Nesse eixo das políticas públicas, tanto os artigos quanto as entrevistas nos fazem pensar que já temos conquistas políticas na educação infantil, porém precisamos estar bem informados e constantemente apoiados por elas, refletindo a partir delas. Vimos, ainda, pelas entrevistas, o quanto é importante o papel do fórum para a constituição de políticas públicas para a educação infantil ou para a infância, de modo geral, levando em conta que, de acordo com as falas dos entrevistados, por vezes, a política desenvolvida nos municípios é partidária, está mais ligada aos partidos políticos e às eleições de cargos. Que na transição de um governo para outro essa dimensão política partidária fica muito evidente. Mas, percebe-se também um grande desejo, por parte desses entrevistados, por tomar a discussão política de outras formas, estudando mais sobre o assunto, debatendo e refletindo à luz das suas realidades municipais e, para isso, contam com o espaço do fórum e “convidam” as universidades para se inserirem nesse debate, como demonstrou a representação de São José.

Ainda em relação à política para a educação infantil nos municípios que fazem parte dessa pesquisa, percebem-se algumas distinções entre eles. São José já tem seu plano de educação formulado, enquanto Biguaçu e Angelina não têm planos próprios para a educação infantil, embora manifestem o desejo por tê-lo. As entrevistas revelaram também diferenças no que diz respeito à formação docente: São José lembra de períodos com formação para a rede, enquanto Biguaçu e Angelina falam da pouca oferta de formação continuada para os professores, e atribuem isso a problemas de gestão política.

Já com relação às **práticas pedagógicas** que estão instituídas na educação infantil os municípios se pronunciaram da seguinte forma:

**Representante de Angelina** - *“Em relação às práticas pedagógicas, eu penso assim: hoje em Angelina as nossas práticas estão tomadas, centradas nelas mesmas, na formação que elas tiveram. Mas, a gente vê a importância do fórum que faz esses debates e discussões”.*

**Representantes de Biguaçu**- *“Acho que esse alicerce é a vivência, é oportunizar o espaço para que as crianças possam viver a infância. Se ela*



*vive no momento nosso, em que passa 12 horas no espaço coletivo, como é que ela vive essa infância nesse espaço coletivo? Acho que a gente fala em alicerce, mas como se constrói isso: essa infância dela? O que está sendo construído pra essa criança viver? Entendo que construir esse alicerce é criar momentos para que ela possa viver sua infância. De poder viver sua infância, a questão da estética, do autoconhecimento, ele se reconhecer enquanto sujeito e nós a reconhecermos também como sujeito que está em construção. Nós partiremos daquilo que essa criança já tem; um ser que constrói e que nós construímos com ele também. Não é um ser nato que está ali por não saber nada. Pelo contrário, sabe muitas coisas? Além de caderno, lápis, borracha, etc, o que estamos oferecendo para isso? Mas, como eu posso oferecer uma prática diferenciada? Como essa rotina está no espaço coletivo? Que ainda é pensado para o adulto, por mais que se tente mudar, mas infelizmente ainda ela é muito favorável para o adulto, e isso é um trabalho árduo”.*

**Representantes de São José-** *“O caminho que caminhamos é diferente, de cada município traça e trilha o seu. A gente observa quando vêm nas conversas as experiências desse grupo. Percebe-se como é que está essa relação com a infância, como é que esses municípios têm olhado para as práticas pedagógicas, principalmente, quando se vai aos municípios e se depara com as produções das crianças. Então, a gente pensa assim: poxa vida, até que ponto já caminhamos e até que ponto estamos olhando para essa área! Ao mesmo tempo, parece que muitas vezes a gente retrocede. Em São José, há um desejo dessa rede em estudar, em qualificar o trabalho junto das crianças, em ampliar esse repertório dessas crianças, trazer experiências significativas para elas. Mas, isso está ainda muito no desejo dos professores, sabe?”.*

As práticas pedagógicas estão calcadas na política da área e nas concepções da instituição e do professor que está com essas crianças no espaço da educação infantil. Como temos propiciado as crianças essas vivências e ampliação de repertórios nos espaços e instituições? As práticas pedagógicas são reveladoras da intencionalidade do professor, como este trabalha a questão das brincadeiras, das interações das culturas entre os pares, como visa à qualidade do seu trabalho junto às crianças?

O artigo número 4 fala justamente da questão da qualidade relacionada às práticas pedagógicas, ao que se faz, ao que se propicia para as crianças no espaço da educação infantil. Assim:

Com efeito, uma das principais responsabilidades da educação infantil é favorecer o desenvolvimento infantil integral, o que inclui a aprendizagem e o domínio de novas habilidades. A qualidade diz respeito à natureza das experiências vividas durante o tempo em que frequentam estas instituições, possibilitando uma plena vivência de sua infância e ampliando suas possibilidades de compreensão e interação com o mundo e pessoas ao seu redor. (CAMPOS, ESPOSITO, BHERING, GIMENES e ABUCHAIM, 2009, p. 8).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para educação infantil (DCNEI/ CNE, 2009), os eixos norteadores das práticas pedagógicas na educação infantil são: as interações e as brincadeiras. E nós como educadores devemos buscar garantir experiências para e com as crianças, como cita o documento em questão, em alguns tópicos que aqui destaco:

Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;  
Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;  
Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade. (DCNEI, 2009, p. 25).

Esses três eixos expostos (função da educação infantil, políticas e práticas pedagógicas), foram elencados para análise por guiarem as falas dos entrevistados, porém outros assuntos também surgiram no decorrer do diálogo, como questões e exemplos relacionados aos seus municípios de origem, a constituição desse movimento do Fórum, de que ele precisa caminhar e ter mais força, bem como, a sinalização da importância desse espaço de discussões, como um espaço de troca de saberes e experiências, de conhecimento político que qualifica a prática dos educadores junto às crianças.

Com a análise dos artigos acadêmicos e com as entrevistas com os participantes do Fórum Regional de Educação Infantil da Grande Florianópolis pude perceber bastante consonância entre aquilo que abordam os artigos e diálogo com os entrevistados.

Nos artigos foi possível visualizar que as formas de abordagem dos autores foram basicamente por três vieses: políticas, qualidade na educação e das práticas pedagógicas, sendo essas abordagens usadas para discutir a questão da função social da educação infantil, através desse próprio termo ou por sinônimos.

Nas entrevistas com os participantes do Fórum, foi possível entender que os discursos são permeados por eixos muito próximos a estes ao discutir a função da educação infantil, baseada num contexto histórico, de como era, de como essas concepções foram mudando, da política e reflexão nas práticas pedagógicas. Claro que as entrevistas seguiram um roteiro de perguntas, mas vale ressaltar que as respostas dos entrevistados quase ficou diretamente ligada ao que nos dizem os artigos acadêmicos, as diferenças são sutis e em apenas algumas falas dos entrevistados.

Assim, fica claro que os artigos acadêmicos e as entrevistas entendem e caminham na mesma direção. Buscam, através de uma retrospectiva histórica, falar da construção da

educação infantil, e buscam também estar sempre questionando e pensando em políticas públicas preocupadas com os direitos das crianças, e com práticas pedagógicas que qualifiquem o espaço da educação infantil e das vivências dessas crianças. Tanto os artigos quanto o movimento do Fórum nos fazem refletir em torno do universo da educação infantil, das crianças e do que tem sido feito nos espaços educativos institucionais.

Fica perceptível uma ascensão na compreensão de qual concepção de educação infantil orienta as práticas pedagógicas e de uma Pedagogia da Infância que, amparada especialmente nos estudos da sociologia da infância, considera as crianças como seres criativos, culturais, capazes e atores sociais.

No que diz respeito, especificamente, a função social da educação infantil, embora essa pesquisa tenha revelado alguns avanços da área sobre essa questão, não podemos perder de vista a vigilância e a reflexão crítica sobre a educação infantil que defendemos para as crianças. Mais do que a clareza de que a educação infantil tem por função cuidar e educar de forma indissociável e em complemento às ações das famílias, precisamos estar atentos ao poder exercido pelos adultos sobre as crianças, nas relações hierárquicas estabelecidas em muitos contextos educativos.

Desse modo, ao longo da minha trajetória acadêmica e também pelas reflexões tecidas a partir das leituras e dos diálogos mantidos para a produção desta pesquisa, a função que defendo para esta etapa da educação básica, é justamente aquela que tentei percorrer por todo o texto: de considerar e respeitar as crianças; entender a heterogeneidade que compõe a infância, sem perder de vista a singularidade de cada criança; buscar diversificar seus repertórios; propiciar que vivam e experimentem suas infâncias dentro dos espaços de educação infantil.

Defendo, ainda, que esse discurso não fique somente no âmbito do discurso das professoras e profissionais da educação, dos gestores públicos, mas que possa adentrar às instituições de educação infantil efetivamente, visando o melhor para as crianças sempre.

Frente a tudo isso, fica evidente a importância de cruzar e relacionar esses estudos e refletir sobre o tema, confrontar os estudos acadêmicos com as discussões de um Fórum, para que isso contribua para intensificar nos municípios as reflexões sobre as funções da educação infantil, sobre práticas pedagógicas de qualidade, as quais demandam políticas públicas voltadas à infância. É pelo movimento das ideias que conseguiremos defender a educação infantil pública, gratuita e de qualidade para todas as crianças de 0 até 6 anos, brasileiras e estrangeiras, ricas e pobres, brancas, negras, pardas, indígenas, meninos e meninas, tal como defende Faria (1999).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo central entender a função social da educação infantil, ou seja, tentou responder: para que servem as instituições de educação infantil na nossa sociedade? Para que as crianças a frequentam? O que lá lhes é oferecido? Quais políticas defendem e quais práticas ocorrem? Enfim, qual a função deste espaço?

A problematização da pesquisa girou em torno do fato da emergência de pensarmos e repensarmos o papel das instituições de educação infantil na nossa sociedade, para que servem o que é proporcionado às crianças nesses espaços, e se estes visam a emancipação do ser ou a mera reprodução de comportamentos já postos.

No intuito de chegar aos objetivos propostos, buscou-se, primeiramente, por um levantamento bibliográfico, ter contato com o que se tem de mais recente sobre o tema em termos acadêmicos. Os artigos foram selecionados por palavras-chaves (infância, educação infantil, função, 0 a 6) e por ter relevância e ligação direta ao tema estudado: a função social da educação infantil.

Através da seleção, leitura e análise dos artigos, ficou claro também o fato de que pensar a função social da educação infantil é pensar outras questões relacionadas a ela, como: as práticas pedagógicas, a formação dos professores, a qualidade, as políticas e, principalmente, pensar no objeto da ação pedagógica: as crianças. Também fica clara a questão de que a educação infantil foi construída ao longo da história social e política pelo qual passou e passa nosso país, por isso foi-se transformando com o passar dos tempos.

Importante ressaltar que as tabelas de visualização e análise foram construídas para melhor identificarmos os títulos, o quanto os artigos citavam a questão da função social, se tinham sinônimos e de que forma os autores traziam a temática. Nos artigos selecionados, aparecem 3 aspectos centrais: políticas, qualidade na educação e práticas pedagógicas como agenciamentos do tema: a função social da educação infantil. Alguns artigos trazem sinônimos, outras expressões que nos permitiram interpretar como a função social da educação infantil.

A partir desse estudo bibliográfico e material de análise produzido, buscou-se, em uma segunda parte da pesquisa, fazer uma aproximação ao Fórum Regional de Educação Infantil da Grande Florianópolis (FREIGF), objetivando compreender essa temática por outro prisma.

A minha participação em alguns encontros foi possibilitando conhecer melhor e entender as discussões do Fórum, bem como o papel que esse movimento social exerce sobre as pessoas que dele participam.

No envolvimento com o Fórum, pude ter contato com pessoas que exercem diferentes funções dentro das secretarias de educação, assumindo cargos políticos ou efetivos, atuando como professores de sala, diretores de instituições, técnicos da secretária, secretários de educação, o que possibilitou ampliar meu olhar, ver mais de perto como essas pessoas que representam seus municípios discutem a educação da infância no espaço do Fórum.

Ressalto ainda que a pesquisa foi pensada e calcada nos aportes teóricos da área da educação infantil que são nesse momento as políticas que regem, valorizam e defendem essa etapa da educação básica, na história da infância e educação infantil, bem como, autores que pensam na qualidade das experiências das crianças, buscando a educação pública e de qualidade como direito de todas as crianças.

E assim, concluo esta pesquisa com a certeza de que esse estudo não acaba por aqui. Por mais que possa haver limitações, me sinto satisfeita por este que é meu primeiro ensaio no ato de pesquisar. Vejo que muito aprendi, que muito ainda tenho para aprender e que as investigações e aproximações feitas ao longo da pesquisa fazem surgir outros questionamentos que podem ser posteriormente desdobrados.

Encerro dizendo da minha alegria em poder estudar sobre as crianças, de refletir acerca da educação infantil e desse universo que tanto me convida e me motiva a aprender cada vez mais.

## REFERÊNCIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724**: Informação e documentação. Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- BATISTA, Rosa. A emergência da docência na educação infantil no Estado de Santa Catarina: 1908- 1949. Tese de Doutorado, Florianópolis, 2013.
- BRASIL. Ministério da educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade/ organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes; Metodologia Qualitativa e Método Clínico-Qualitativo: Um Panorama Geral de seus Conceitos e Fundamentos. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIsipeq/anais/pdf/poster1/05.pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.
- CERISARA, Ana Beatriz. Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? Revista Perspectiva. v. 17, n. 1, 1999.
- DORNELLES, Leni Vieira. Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- Educação infantil: Enfoques em diálogo/ Eloisa A. C. Rocha. Sônia Kramer (orgs.). – Campinas, SP. Papirus, 2011. – (Série Prática Pedagógica).
- GRANFPOLIS, Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis. Disponível em: <<http://www.granfpolis.org.br/home/?>>. Acesso em: 19 de setembro de 2013.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de. O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da educação infantil. In: \_\_\_\_\_; PALHARES, Marina Silveira. (Orgs). Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios. São Paulo: Autores Associados, 1999, p. 67-99.
- KOHAN, Walter Omar. Infância. Entre educação e filosofia/ Walter Omar Kohan.- Belo Horizonte: Autentica, 2003.
- KUHLMANN JR. Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- KRAMER, Sonia. A política do pré- escolar no Brasil: a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.
- KRAMER, Sonia. **Infância, cidadania e educação**. In: PAULINHO, Graça; MARTINS, Aracy Alves; PAIVA, Aparecida; VERSIANI, Zélia. (Orgs) **No fim do século**: a diversidade. O Jogo do Livro infantil e Juvenil. Editora Autêntica/CEALE, 2000, p.9-36.

KRAMER, Sonia. Direitos da criança e projetos políticos pedagógico de educação infantil. In: BASILIO, Luiz; KRAMER, Sônia. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2003, p.51-81.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/111153315/Jorge-Larrosa-Experiencia-e-alteridade-em-educacao>>. Acesso em 13 de outubro de 2013.

LIMA, Patrícia de Moraes. Infância e Experiencia. In: SOUSA, Ana Maria B. de (et al). Ética e gestão do cuidado: a infância em contexto de violências. Florianópolis: CED/ UFSC/ NUVIC, 2006. (p. 47- 62).

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi- estruturada: análise de objetivos e de roteiros. Unesp- Marília. Disponível em:<<http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Visualizado em 12 de outubro de 2013.

MEC. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil /. Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010. 36 p. : il. ISBN: 978-85-7783-048-0. 1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Visualizado em 25 de setembro de 2013.

MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 01 de outubro de 2013.

MIEIB, Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. Disponível em: <<http://www.mieib.org.br/pagina.php>>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

MIEIB - Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil: construindo o presente. -- Campo Grande/MS: UFMS, 2002.

PERSPECTIVA. Florianópolis, v. 17, n. Especial, p. 11 - 21 jul./dez. 1999.

ROCHA, Eloisa A. C. A função social das instituições de educação infantil. Revista zero- a-seis. CED/ UFSC. nº 7. Janeiro/ Junho, 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas de educação infantil e avaliação. Cadernos de Pesquisa. v. 43. n. 148. Pg. 44- 75. jan/abr. 2013.

Scientific Electronic Library Online FAPESP FapUnifesp . Av. Onze de Junho, 269, SP – Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Visualizado em 10 de setembro de 2013.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. Ed. Atlas. 2006.

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E ANALISADA**

ABRAMOWICZ, Anet; LEVCOVITZ, Diana; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Infâncias em Educação Infantil. Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 3 (60), p. 179-197, set./dez. 2009.

CAMPOS, Maria Malta; ESPOSITO, Yara Lúcia; BHERING, Eliana; GIMENES, Nelson; ABUCHAIM, Beatriz. A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais Brasileiras. Cad. Pesqui. vol.41 nº.142 São Paulo Jan./Apr. 2011.

CAMPOS, Roselane Fátima. “Política pequena” para as crianças pequenas? Experiências e desafios no atendimento das crianças de 0 a 3 anos na América Latina1. UFSC. Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012.

KAGAN, Sharon Lynn. Qualidade na educação infantil: revisão de um estudo Brasileiro e recomendações. Cad. Pesqui. [online]. 2011, vol.41, n.142, pp. 56-67.

MOSS, Peter. Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática. Psicologia USP vol.20 no.3 São Paulo July/Sept. 2009.

NUNES, D. G. Educação Infantil e Mundo Político. Revista Katalysis, v. 12, p. 86/93, 2009.

TATAGIBA, Ana Paula. Aspectos da política educacional carioca: trajetórias da Educação Infantil. Ensaio: aval. pol. públ. educ. vol.18 no.67 Rio de Janeiro Apr./June 2010.



## ANEXOS 1

MUNICÍPIOS	POP TOTAL*	POP. INF	CRECHE	PRÉ	TOTAL DE MATRÍCULAS
Águas Mornas	5.685	351	79	146	225
Alfredo Wagner	9.494	619	72	144	216
Angelina	5.171				
Anitápolis	3.211	165	32	94	126
Antônio Carlos	7.613				
Biguaçu	59.736	3.907	598	1471	2.069
Canelinha	10.845				
Florianópolis	433.158				
Garopaba	18.890				
Gov. Celso Ramos	13.211				
Leoberto Leal	3.309				
Major Gercino	3.300	112	37	75	112
Nova Trento	12.544				
Palhoça	142.558	9.786	1.205	3.240	4.445
Paulo Lopes	6.808				
Rancho Queimado	2.765				
Santo Amaro Imperatriz	20.332	951*	162	336	498
São Bonifácio	2.977				
São João Batista	27.982				
São José	215.278	15.596	1.647	4.319	5.966
São Pedro Alcântara	4.874	175	65	110	175
Tijucas	32.087				

\*Dados População: Fonte IBGE 2012- acesso no site da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis.

Dados População Infantil: Fonte Questionário do Fórum – 2013.

\*0 a 4 anos.